



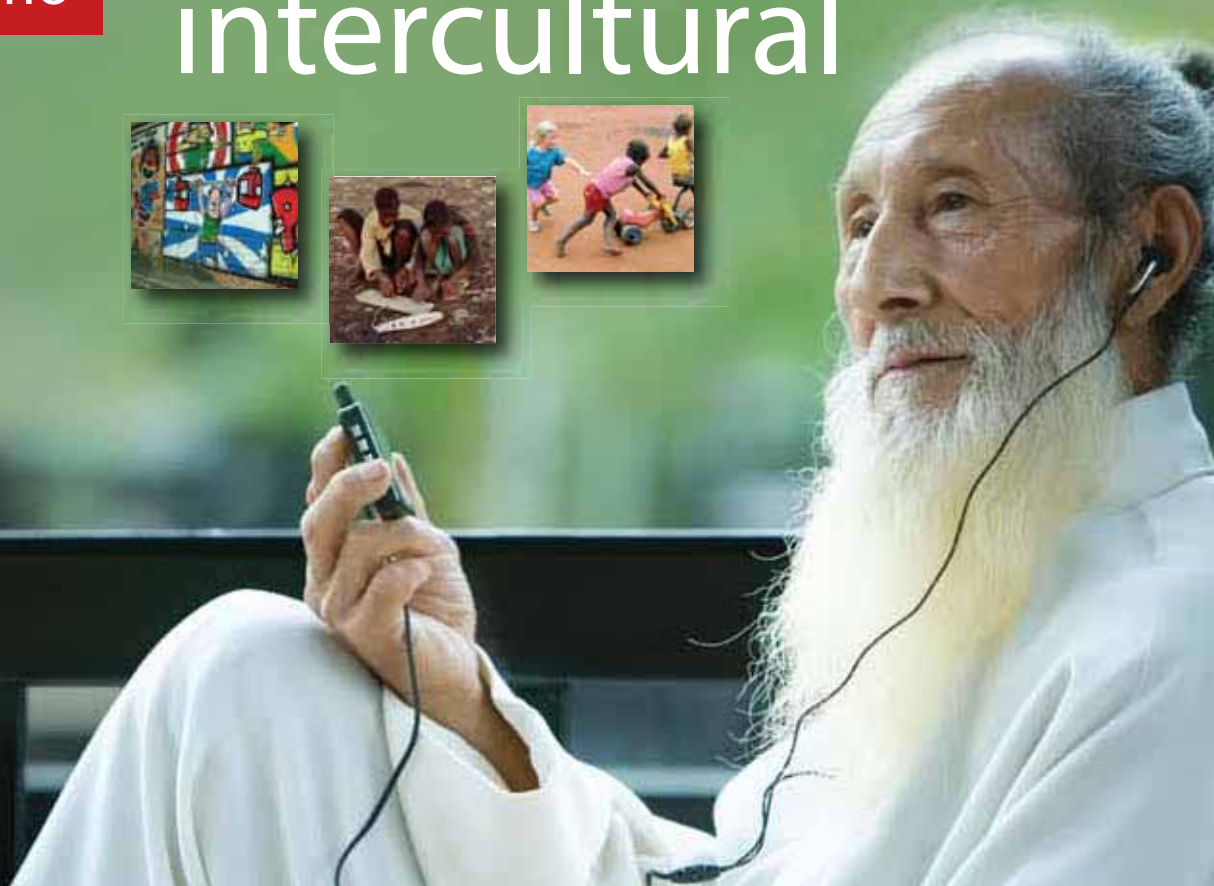
Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Relatório Mundial da UNESCO

Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural

Resumo



Resumo

Introdução	1
PARTE I – DIVERSIDADE CULTURAL: O QUE ESTÁ EM JOGO?	5
Capítulo 1: DIVERSIDADE CULTURAL	6
A diversidade cultural num planeta que se globaliza	6
Identities nacionais, religiosas, culturais e múltiplas	7
Iniciativas regionais e internacionais em matéria de diversidade cultural	8
Capítulo 2: DIÁLOGO INTERCULTURAL	9
Interações culturais	9
Estereótipos culturais e intolerância	9
Os desafios do diálogo num mundo multicultural	9
Fortalecimento da autonomia	10
PARTE II – Principais vetores da diversidade cultural	11
Capítulo 3: LÍNGUAS	12
A dinâmica das línguas na atualidade	12
Línguas e identidades	13
Os problemas da avaliação e da revitalização linguísticas	13
Plurilinguismo, tradução e diálogo intercultural	14
Capítulo 4: EDUCAÇÃO	15
A adequação dos métodos e conteúdos da educação	15
As sociedades de aprendizagem e o direito à educação	16
Aprendizagem participativa e competências interculturais	17
Capítulo 5: COMUNICAÇÃO E CONTEÚDOS CULTURAIS	18
CONTEÚDO	18
A globalização e as novas tendências dos meios de comunicação	18
Os efeitos da comunicação e os produtos culturais	19
Políticas de fomento da diversidade cultural	20
Capítulo 6: CRIATIVIDADE E MERCADOS	20
A criação artística e a economia criativa	20
O artesanato e o turismo internacional	21
A diversidade cultural e o mundo dos negócios	22
PARTE III – A diversidade cultural como fonte de novas estratégias a favor do desenvolvimento e da paz	23
Capítulo 7: DIVERSIDADE CULTURAL: DIMENSÃO FUNDAMENTAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	24
A perspectiva cultural do desenvolvimento	24
Percepções sobre a pobreza e sua erradicação	25
A diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental	26
Capítulo 8: DIVERSIDADE CULTURAL, DIREITOS HUMANOS E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA	27
A diversidade cultural e os direitos humanos universalmente reconhecidos	28
Diversidade cultural: parâmetro de coesão social	28
O desafio da diversidade cultural para a governança democrática	29
Conclusão e Recomendações	31



Introdução

A diversidade cultural vem suscitando um interesse notável desde o começo do novo século. Porém os significados que se associam a esta expressão “cômuda” são tão variados como mutáveis. Para alguns a diversidade cultural é intrinsecamente positiva, na medida em que se refere a um intercâmbio da riqueza inerente a cada cultura do mundo e, assim, aos vínculos que nos unem nos processos de diálogo e de troca. Para outros, as diferenças culturais fazem-nos perder de vista o que temos em comum como seres humanos, constituindo assim a raiz de numerosos conflitos. Este segundo diagnóstico parece hoje mais crível na medida em que a globalização aumentou os pontos de interação e fricção entre as culturas, originando tensões, fraturas e reivindicações relativamente à identidade, particularmente a religiosa, que se convertem em fontes potenciais de conflito. Por conseguinte, o desafio fundamental consistiria em propor uma perspectiva coerente da diversidade cultural e, assim, clarificar que, longe de ser ameaça, a diversidade pode ser benéfica para a ação da comunidade internacional. É esse o objetivo essencial do presente relatório.

Relatório Mundial da UNESCO

Na linha da convicção da UNESCO sobre a necessidade e o valor intrínseco da *fecunda diversidade das culturas do mundo*, inscrita na sua Constituição de 1945, os objetivos do Relatório Mundial sobre a Diversidade Cultural são os seguintes:

- analisar a diversidade cultural em todas as suas facetas, esforçando-se por expor a complexidade dos processos, ao passo que identifica um fio condutor principal entre a multiplicidade de possíveis interpretações;
- mostrar a importância da diversidade cultural nos diferentes domínios de intervenção (línguas, educação, comunicação e criatividade) que, à margem das suas funções intrínsecas, se revelam essenciais para a salvaguarda e para a promoção da diversidade cultural;
- convencer os decisores e as diferentes partes intervenientes sobre a importância em investir na diversidade cultural como dimensão essencial do diálogo intercultural, pois ela pode renovar a nossa percepção sobre o desenvolvimento sustentável, garantir o exercício eficaz das liberdades e dos direitos humanos e fortalecer a coesão social e a governança democrática.

← Monge em Osaka, Japão

→ Pequena loja de telecomunicações em Naivasha, Quênia



Deste modo, o Relatório Mundial propõe-se a fazer uma resenha das novas perspectivas abertas pela análise dos desafios da diversidade cultural e, ao fazê-lo, traçar novas modalidades para acompanhar e orientar as transformações em curso. Por conseguinte, o Relatório Mundial não pretende fornecer soluções pré-determinadas às questões com as quais se podem confrontar os decisores. O seu objetivo consiste, antes, em sublinhar a complexidade desses problemas, que não podem solucionar-se simplesmente pela vontade política, mas que na generalidade exigem uma melhor compreensão dos fenômenos subjacentes e maior cooperação internacional, em particular mediante o intercâmbio de boas práticas e a adoção de diretrizes comuns.

O Relatório não pretende fazer o inventário universal da diversidade cultural, estabelecido na base de indicadores disponíveis, como faz com o Relatório Global de Monitoramento de Educação para Todos, que a UNESCO publica. Ainda que este Relatório Mundial inclua um anexo estatístico com 19 quadros referentes a diversos âmbitos da cultura e um capítulo dedicado a considerações metodológicas, elaborado em estreita colaboração com o Instituto de Estatística da UNESCO em Montreal, a formulação de indicadores na esfera da diversidade cultural encontra-se apenas no seu início. Para realizar um inventário dessa natureza seria necessário levar a cabo, com o acordo dos Estados-Membros da UNESCO, uma verdadeira investigação mundial sobre a diversidade cultural, tarefa que necessitaria de recursos muito mais amplos que os consignados a este Relatório, embora pudesse no futuro vir a ser realizado pelo Observatório Mundial sobre a Diversidade Cultural, cuja criação é recomendada pelo presente Relatório.

A UNESCO espera participar deste modo no novo rumo que ultimamente tomou a análise da diversidade cultural, em consonância com o trabalho realizado na década de 1950 e as conclusões do relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (1996). Num trabalho apresentado em 1952 à UNESCO, sob o título "Raça e História", o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss sustentava que a proteção da diversidade cultural não deveria limitar-se à manutenção do *status quo*, pois é a própria diversidade que deve ser salva e não o conteúdo histórico que cada época lhe conferiu. Proteger a diversidade cultural consistiria, assim,

não tanto em garantir a perpetuação indefinida de determinada fase da diversidade, mas em assegurar que ela possa continuar a desenvolver-se. Pressuporia uma razoável capacidade de aceitar e manter o intercâmbio cultural, sem o considerar, no entanto, uma imposição do destino. O Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento havia já defendido, em termos semelhantes, que a diversidade cultural não era simplesmente um bem que se deveria preservar, antes consistia num recurso a fomentar, tendo em vista os seus potenciais dividendos, nomeadamente em âmbitos relativamente distanciados de um entendimento estrito de cultura. O presente Relatório procura dar sequência às principais conclusões do relatório anteriormente referido.

Nos últimos anos, os argumentos que a UNESCO incorporou na sua reflexão sobre a diversidade cultural foram assumidos por um número considerável de programas e organismos no quadro do sistema das Nações Unidas e das instituições de Bretton Woods. O Banco Mundial, por exemplo, seguiu em diversas ocasiões o exemplo fornecido pela UNESCO no contexto da Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997), tendo levado a cabo investigações sobre os vínculos entre a cultura e o desenvolvimento. Também o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) publicaram importantes relatórios sobre o assunto. Posteriormente, o Grupo de Alto Nível



↑ Anúncio de uma operadora de telefone celular (Nigéria)

↑ Festa berbere no Deserto do Saara, Marrocos

← Mulher da etnia Zapara tecendo (Amazonas – Equador/Peru)

→ Indígenas do Pacífico Sul



para a Aliança das Civilizações conferiu um relevo sem precedentes às iniciativas de fomento do diálogo entre pessoas, culturas e civilizações. Um outro objetivo do presente relatório consiste em contribuir para a reflexão e os estudos a que se dedicam os programas e organismos associados à UNESCO, em particular os relativos ao desenvolvimento.

O que é a diversidade cultural?

A diversidade cultural é, antes de mais nada, um fato: existe uma grande variedade de culturas que é possível distinguir rapidamente a partir de observações etnográficas, mesmo se os contornos que delimitam uma determinada cultura se revelem mais difíceis de identificar do que, à primeira vista, poderia parecer. A consciência dessa diversidade parece até estar sendo banalizada, graças à globalização dos intercâmbios e à maior receptividade mútua das sociedades. Apesar dessa maior tomada de consciência não garantir de modo algum a preservação da diversidade cultural, contribuiu para que o tema obtivesse maior notoriedade.

A diversidade cultural converteu-se também numa questão social de primeira ordem vinculada à maior diversidade dos códigos sociais que operam no interior das sociedades e entre estas. Perante essa variedade de códigos e perspectivas, os estados nem sempre encontram as respostas apropriadas, por vezes urgentes, nem logram colocar a diversidade cultural ao serviço do bem comum. Em contribuição à elaboração de respostas específicas para esta situação, este Relatório procura ser um marco de referência que permita compreender melhor os desafios inerentes à diversidade cultural. Nesse sentido, torna-se necessário identificar, para além da própria existência da diversidade, algumas das necessidades teóricas e políticas que inevitavelmente a diversidade não deixa de levantar.

A primeira dessas dificuldades liga-se à natureza especificamente cultural da diversidade. Para medir a sua heterogeneidade cultural, muitas sociedades lançam mão de indicadores étnicos ou linguísticos. A primeira tarefa será, assim, examinar as diferentes políticas aplicadas sem perder de vista que o tema em análise é a diversidade cultural e não esses indicadores a que por vezes se reduz a diversidade. Uma solução poderia ser a adoção da mais ampla definição possível



A diversidade cultural não é somente um bem que se deve preservar. É também um recurso que é necessário promover, nomeadamente em domínios normalmente distanciados de uma noção estrita de cultura

É necessária uma nova atenção à diversidade cultural que tenha em conta a sua natureza dinâmica e os desafios que as mudanças culturais impõem à identidade

↗ Cartaz na rua principal de Suva, Ilhas Fiji



de *cultura*, segundo o espírito de consenso consagrado pela Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais da UNESCO (1982), isto é, "o conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abarca, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças". Esta definição tem o mérito de não adotar uma visão da cultura demasiado restritiva e de não se centrar num aspecto particular para definir o que a caracteriza.

Uma outra dificuldade tem a ver com a caracterização dos *elementos constitutivos* da diversidade cultural. A esse respeito, os conceitos de *cultura*, *civilização* e *povos* têm conotações diferentes segundo o contexto, por exemplo, científico ou político. Enquanto o conceito de culturas evoca entidades que tendem a definir-se com relação umas às outras, o termo *civilização* refere-se a culturas que afirmam os seus valores ou visões do mundo como universais e assumem uma atitude expansionista relativamente a outras que as não partilham (ou ainda o não fazem). É, pois, um desafio muito real procurar levar à coexistência pacífica diferentes centros de civilização. Segundo a concepção da UNESCO – e esta é uma construção muito afastada das construções ideológicas que *profetizam* o choque de civilizações – deve entender-se por *civilização* um processo em curso encaminhado para a conciliação de todas as culturas do mundo com base no reconhecimento da sua igual dignidade, no quadro de um projeto universal contínuo.

Uma terceira dificuldade prende-se à relação entre as culturas e a mudança. Transcorreram

praticamente sete décadas do século XX antes que se compreendesse que as culturas são entidades que se transformam. Até então, verificava-se a tendência para considerar que permaneciam essencialmente imutáveis, e que o seu conteúdo se *transmitia* por canais diversos, como a educação ou ritos iniciáticos de diferentes tipos. Na atualidade, a cultura é entendida mais como processo: as sociedades vão-se modificando de acordo com os caminhos que lhes são próprios. O conceito de diferença resume bem essa dinâmica particular, segundo a qual, ainda que se modifique, uma dada cultura permanece a mesma. Torna-se, portanto, necessário definir políticas que confirmem uma inflexão positiva a estas *diferenças culturais*, de modo a que os grupos e as pessoas que venham a entrar em contato, em lugar de se entrincheirarem em identidades fechadas, descubram na *diferença* um incitamento para continuar a evoluir e a mudar.

Essas considerações vão no sentido de uma nova perspectiva sobre a diversidade cultural, uma perspectiva que leve em conta a sua natureza dinâmica e os desafios que as mudanças culturais impõem à identidade.

Isso envolve necessariamente uma mudança substancial na função que a UNESCO desempenha neste contexto. Na verdade, se, durante muito tempo, a preocupação da Organização se centrou na salvaguarda de locais, práticas e expressões culturais sob risco de desaparecer, agora deve aprender-se também a acompanhar a mudança cultural de modo a ajudar os indivíduos e os grupos a gerir mais eficazmente a diversidade. Assim, constitui o desafio último: gerir a diversidade.

→ Mulheres executando dança tradicional em Xangai, China



↑ Homem tocando trompete no antigo bairro francês de Nova Orleans, Estados Unidos da América



PARTE I:

Diversidade cultural: o que está em jogo?

No contexto da globalização, o aumento das migrações e o crescimento das cidades, os desafios conexos com a preservação da identidade cultural e o fomento do diálogo intercultural adquirem uma nova projeção e tornam-se mais urgentes. Este Relatório Mundial inicia-se pelo exame das repercussões que os processos acelerados de globalização exercem sobre as múltiplas facetas da diversidade cultural destacando de que forma as intensas correntes homogeneizadoras constantemente suscitam tendências diversificadoras. Em seguida, é analisado o papel essencial desempenhado pelo diálogo intercultural como elo e, ao mesmo tempo, fortalecedor da diversidade das expressões culturais mediante processos de interação mútua, apoio e reforço da autonomia.

Capítulo 1: Diversidade cultural

A diversidade cultural num planeta que se globaliza

Ainda que a erosão cultural se tenha convertido em questão cada vez mais preocupante no plano internacional, devido à percepção dos paradigmas ocidentais transmitidos por via da tecnologia, frequentemente se exagera a relação da globalização com a uniformização e a homogeneização cultural. As trocas comerciais e as transferências culturais invariavelmente pressupõem processos de adaptação e normalmente, num ambiente internacional cada vez mais complexo e interativo, não são unilaterais. Para além disso, as raízes culturais são profundas e, em muitos casos, estão fora do alcance de influências exógenas. Assim, a globalização entende-se melhor como um processo multidirecional com muitas facetas, que compreende a circulação, cada vez mais rápida e de maior volume, de praticamente tudo, desde capitais a pessoas, passando por mercadorias, informação, ideias e crenças, por meio de eixos que se modificam constantemente.

Geralmente a globalização de intercâmbios internacionais conduz à integração de diversos intercâmbios multiculturais em quase todos os contextos nacionais, em paralelo com a tendência – que, de resto, fomenta – para filiações culturais múltiplas e uma complexidade crescente das identidades culturais. No entanto, não significa que sejam ignoradas as consequências negativas dos fatores que impulsionam a globalização sobre a diversidade das práticas culturais. Um dos principais efeitos da globalização é a fragilização do vínculo entre um fenómeno cultural e a sua situação geográfica, ao permitir transportar

até à nossa proximidade imediata influências, experiências e acontecimentos que na realidade se encontram distantes. Em alguns casos essa fragilização do vínculo com o lugar é considerada como fonte de oportunidades, enquanto em outros se vê como uma perda de rigor e identidade. Fenômeno paralelo é constituído pelo aumento das migrações internacionais que, em determinados casos, conduz a novas expressões culturais, o que demonstra que a diversidade está em perpétua formação. O incremento do número de turistas internacionais é outro fenómeno com possíveis consequências significativas no que toca à diversidade cultural. Ainda que esse fenómeno turístico seja, até certo ponto, autónomo e de consequências pouco precisas para as populações locais, parece evidente que os seus resultados serão positivos, na perspectiva de melhor conhecimento e compreensão de ambientes e práticas culturais diferentes.

O cada vez maior número de contactos interculturais que mantemos dá também lugar a novas formas de diversidade cultural e práticas linguísticas, particularmente devido aos progressos da tecnologia digital. Desse modo, contrariamente a procurar-se preservar a identidade em todas as suas formas, deveria instar-se pela concepção de novas estratégias que levem em conta essas mudanças e permitam ao mesmo tempo que as populações vulneráveis *respondam* mais eficazmente à mudança cultural. Todas as tradições vivas estão submetidas à contínua reinvenção de si mesmas. A diversidade cultural, tal como a identidade cultural, estriba-se na inovação, na criatividade e na receptividade a novas influências. *Identities nacionais, religiosas, culturais e múltiplas* A questão das identidades – nacionais, culturais, religiosas, étnicas, linguísticas, baseadas no gênero ou em formas de consumo – adquire cada vez mais importância para as pessoas e grupos que encaram a globalização e a mudança cultural como ameaça às suas crenças e modos de vida. As crescentes tensões que suscita o tema da identidade e amiúde, resultam da aculturação de reivindicações políticas, contrapõem-se a uma tendência mais geral face ao aparecimento de identidades dinâmicas e multifacetadas. O ativismo político que por vezes acompanha a identidade religiosa é possivelmente



↑ Tecelões da Ilha Taquilha no Lago Titicaca, Peru

→ Cantos polifônicos e dança dos pigmeus Aka, África Central



← Guristas contemplando a Esfinge no Planalto de Gizé, Egito



um forte indicador de identidade e diferença cultural. Nesse contexto, não é de negligenciar o risco de que as crenças religiosas possam ser instrumentalizadas a fim de promoverem programas políticos e de índole conexa, o que pode precipitar conflitos entre religiões e provocar dissensões no seio das sociedades.

Deve assinalar-se a tendência de equiparar a diversidade cultural com a diversidade de culturas nacionais. Ora, em certa medida, a identidade nacional é uma construção alicerçada num passado em movimento, mas que proporcionou um ponto de referência no sentimento de partilha de valores comuns. A identidade cultural é um processo mais fluido que se transforma por si mesmo e deve ser considerado não tanto como herança do passado, mas como projeto de futuro. Num mundo cada vez mais globalizado, as identidades culturais provêm frequentemente de múltiplas fontes; a plasticidade crescente das identidades culturais é um reflexo da complexidade crescente da circulação mundializada de pessoas, bens e informação.

Num contexto multicultural, há quem tenha decidido adotar uma determinada forma de identidade, enquanto outros optaram por uma dualidade, e outros mais escolheram criar identidades híbridas para si próprios. Muitos escritores contemporâneos



↑ Meninas Ifugao interpretando Hudhud (relatos cantados da sua etnia), Filipinas
↖ Idosa numa rua de Surgut, Federação Russa

foram atraídos pelo tema dos migrantes que se defrontam perante um novo ambiente e que se vêem obrigados a construir novas identidades culturais. O desaparecimento das fronteiras marcado pela globalização proporcionou dessa forma o aparecimento de um espírito nômade que pode ser visto como o novo horizonte da experiência cultural contemporânea.

Iniciativas regionais e internacionais em matéria de diversidade cultural

Num mundo cada vez mais caracterizado pela amálgama de culturas, o empenho na salvaguarda de manifestações de diversidade cultural tem uma importância especial para os governos nacionais e também para a comunidade internacional. Por meio de acordos e instrumentos normativos de alcance regional e internacional procurou-se proteger e



↑ Ancião aborígene usando um telefone celular, Austrália Central

No contexto da globalização observa-se uma tendência geral em direção ao surgimento de identidades dinâmicas e multifacetadas que proporciona o aparecimento de um espírito nômade



↑ Mendiga junto de um anúncio publicitário

↓ Imigrantes africanos aguardando no porto de Lampedusa antes da sua deportação para a Sicília, Itália

promover alguns dos símbolos da diversidade cultural bem como marcos-chave da identidade cultural, em âmbitos tão diversos como o patrimônio material e imaterial, as expressões culturais, os intercâmbios culturais e o tráfico ilícito de bens culturais. A UNESCO, de acordo com o seu mandato no quadro das Nações Unidas, tem desempenhado uma função preponderante na formulação, promoção e aplicação de muitos destes e de outros instrumentos normativos.

A evolução que se produziu, desde a Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais (1954), até à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), passando pela Convenção das Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência da Propriedade Ilícita de Bens Culturais (1970), a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972) e a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (2001), reflete uma paulatina ampliação do conceito de patrimônio cultural que, cada vez mais frequentemente, se entende como incluindo não somente as expressões materiais das diferentes culturas do mundo, mas também as manifestações intangíveis, aí compreendidas as tradições orais, as

artes do espetáculo e o saber tradicional.

Paralelamente, teve lugar uma mudança na ordem de prioridades, passando-se de uma hierarquização implícita dos locais do patrimônio mundial (considerados de valor universal excepcional) a uma hierarquização que trata de valorizar os elementos do patrimônio intangível que conferem aos seus depositários um sentimento de identidade e continuidade. Não obstante, essa evolução reflete um duplo movimento: um conduz ao reconhecimento de um patrimônio comum que a comunidade internacional deve salvaguardar como expressão de uma herança comum; o outro leva ao reconhecimento das características próprias das culturas que, embora flutuantes e transitórias por natureza, devem valorizar-se e reconhecer-se como tais.

Iniciou-se uma nova etapa com o exame do conceito de diversidade cultural desde a adoção, em 2001, da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que a complementa em 2005. Ao abordar os intercâmbios que constituem o nosso patrimônio universal, a Convenção de 2005 propôs-se preservar as características próprias das culturas e, ao mesmo tempo, promover o seu desenvolvimento em nível mundial graças à interação e ao comércio.

Com efeito, “cultura” tem dois significados diferentes e, não obstante, absolutamente complementares. Em primeiro lugar, é a diversidade criativa plasmada nas “culturas” específicas, com as suas tradições e expressões tangíveis e intangíveis únicas. Em segundo lugar, a cultura (agora no singular) alude ao instinto criativo que se encontra na origem da diversidade de culturas. Esses dois significados, um que se toma a si próprio como referente, e outro que se transcende, são indissociáveis e constituem a chave da interação frutífera de todos os povos no contexto da globalização.

Capítulo 2: Diálogo intercultural

Num mundo culturalmente diverso torna-se necessário desenvolver novas visões sobre o diálogo intercultural que superem as limitações do paradigma do “diálogo entre civilizações”. Entre os requisitos para obter esse fim figura a análise sobre as diversas



A cultura é simultaneamente a diversidade criativa plasmada em culturas concretas e o instinto criador que se encontra na origem dessa diversidade de culturas



formas pelas quais as culturas se relacionam umas com as outras e uma maior consciência dos valores que partilham e dos seus objetivos comuns, para além de um inventário dos obstáculos a afastar para ultrapassar as diferenças culturais.

As interações culturais

As culturas não são entidades estáticas nem encerradas em si mesmas. Uma das principais barreiras que dificultam o diálogo intercultural é o nosso hábito de concebê-las como algo fixo, como se houvera linhas de fratura que as separam. Uma das principais objeções formuladas à tese do “choque de civilizações” de Samuel Huntington é que esta pressupõe filiações singulares, em vez de plurais, entre as comunidades humanas e não considera a interdependência e a interação entre as culturas. Descrever como linhas de fratura as diferenças entre as culturas significa ignorar a permeabilidade das fronteiras culturais e o potencial criativo que nelas exercem os indivíduos.

As interligações culturais verificadas ao longo da história manifestaram-se em diversas formas e práticas culturais, desde os intercâmbios e importações culturais (a rota da seda, p.ex.) até à imposição de valores culturais por meio da guerra, das conquistas e, mesmo, da colonização. Não obstante, até mesmo no caso extremo da escravatura, produzem-se intercâmbios que, por meio de certos processos concretos de aculturação inversa, acabam por ser assimilados pela cultura dominante. O reconhecimento da natureza universal dos direitos humanos permitiu – pelo menos teoricamente – que hoje se possa pensar em verdadeiros intercâmbios em condições de igualdade entre todas as culturas do mundo.

Hoje os processos de globalização contribuem para que se produzam encontros, importações e intercâmbios culturais de modo mais sistemático. Esses novos vínculos transculturais podem facilitar consideravelmente o diálogo intercultural. Repensar as nossas categorias culturais, reconhecendo as

múltiplas fontes da nossa identidade, contribui para deixar de insistir nas diferenças e, em seu lugar, prestar atenção à nossa capacidade comum de evoluir mediante a interação mútua. A sensibilização para a história e para a compreensão dos códigos culturais reveste-se de uma importância crucial para superar os estereótipos culturais no percurso do diálogo intercultural.

Estereótipos culturais e intolerância

Os estereótipos culturais, servindo embora para marcar os limites entre grupos, comportam em si o risco de que o diálogo possa limitar-se à diferença e que a diferença possa gerar a intolerância. As culturas que pertencem a tradições de civilizações diferentes são especialmente inclinadas a recorrer a estereótipos mútuos.

As tensões interculturais têm frequentemente uma relação estreita com conflitos de memórias, interpretações opostas de acontecimentos passados e conflitos de valores, nomeadamente religiosos. Nos casos em que não é excluído pela vontade do poder e do domínio, o diálogo mantém-se como chave para resolver esses antagonismos enraizados e conter as suas expressões políticas, muitas vezes violentas. A equação cultural que todas as sociedades multiculturais têm que resolver é a de tornar compatível o reconhecimento, a proteção e o respeito das características culturais próprias. Desse modo, a tensão entre as diferentes identidades pode converter-se em força propulsora da renovação da unidade nacional, baseada numa concepção da coesão social como integração da diversidade dos seus componentes culturais.

Os desafios do diálogo num mundo multicultural

O diálogo intercultural depende em grande medida das competências interculturais, definidas como o conjunto de capacidades necessárias para um relacionamento adequado com os que são diferentes de nós. Essas capacidades são de natureza fundamentalmente comunicativa, mas também compreendem a reconfiguração de pontos de vista e concepções do mundo, pois, menos que as culturas, são as pessoas (indivíduos e grupos com as suas complexidades e múltiplas expressões) que participam no processo de diálogo.

O êxito do diálogo intercultural não depende tanto do conhecimento dos outros como da capacidade

↑ A ponte de Mostar reconstruída depois da guerra (Bósnia e Herzegovina)



↑ A Caravana de dromedários na duna de Mingsha Shan, perto de Dunhuang, China

↓ Samba de Roda do Recôncavo Baiano, Brasil



↑ Muçulmanos rezando em Jacarta, Indonésia

O diálogo intercultural requer o empoderamento de todos os participantes por meio da capacitação e de projetos que divulguem a interação sem a perda da identidade pessoal ou coletiva.



↑ Preparando-se para interpretar os cantos polifônicos, bailes e rituais da região de Shoplounk, Bulgária

→ Um jovem de Niamey, Níger

básica de ouvir, da flexibilidade cognitiva, da empatia, da humildade e da hospitalidade. Nesse sentido, e com o propósito de desenvolver o diálogo e a empatia entre jovens de diferentes culturas, foram postas em marcha numerosas iniciativas que vão desde projetos escolares até programas de intercâmbio com atividades participativas nos âmbitos da cultura, arte e desporto. Não há dúvida de que a arte e a criatividade dão testemunho da profundidade e plasticidade das relações interculturais, assim como das formas de enriquecimento mútuo que propiciam, para além de auxiliarem a contrariar as identidades fechadas e a promover a pluralidade cultural. Do mesmo modo, as práticas e os acontecimentos multiculturais, como o estabelecimento de redes de cidades mundiais, os carnavais e os festivais culturais podem ajudar a superar barreiras criando momentos de comunhão e diversão urbanas.

As memórias (recordações) divergentes têm sido causa de muitos conflitos ao longo da história. Ainda que por si só, o diálogo intercultural não possa resolver todos os conflitos políticos, econômicos e sociais, um dos elementos-chave do seu êxito consiste na criação de um acervo de memória comum que permita o reconhecimento das faltas cometidas e um debate aberto sobre memórias antagônicas. A formulação de uma versão comum da história pode revelar-se crucial para a prevenção de conflitos e para as estratégias a adotar no pós-conflito, dissipando um passado que continua a estar presente. A Comissão de Verdade e Reconciliação sul-africana e os processos de reconciliação nacional em Ruanda constituem exemplos recentes da aplicação política dessa estratégia de recuperação. A promoção de “lugares de memória” (a prisão de Robben Island na África do Sul, a ponte de Mostar na Bósnia e os Budas de Bamiyan no Afeganistão) demonstra igualmente que o que nos diferencia pode também contribuir para nos unir, ao contemplarmos os testemunhos da nossa humanidade comum.

Fortalecimento da autonomia

A promoção do diálogo intercultural conflui em grande medida com a abordagem de identidades múltiplas. Não deveria encarar-se o diálogo como uma perda do próprio, mas como algo que depende do conhecimento que temos de nós mesmos e da nossa capacidade de passarmos de um conjunto de referências a um outro.

Requer o fortalecimento da autonomia de todos os participantes, mediante a atribuição de capacidades e projetos que permitam a interação, sem prejuízo da identidade pessoal ou coletiva. Essa perspectiva pressupõe reconhecer os modos de funcionamento etnocêntrico que frequentemente adotam as culturas dominantes e reservar um espaço maior aos sistemas de pensamento que admitem formas de saber exotéricas e esotéricas. O sucesso dos estudos cartográficos comunitários é um exemplo notável e ajudou a capacitar as populações indígenas que procuram recuperar no plano internacional o direito à terra e aos recursos ancestrais e um desenvolvimento autonomamente definido.

Um dos principais obstáculos à acomodação de novas vozes na esfera do diálogo intercultural é a subordinação generalizada das mulheres a interpretações preponderantemente masculinas das tradições culturais. Em muitos contextos sociais cabe às mulheres desempenhar uma função diferenciada na promoção da diversidade cultural, pois muitas vezes são elas as portadoras de valores na transmissão do idioma, dos códigos e sistemas éticos, das crenças religiosas e dos modelos de conduta. A desigualdade entre homens e mulheres é multidimensional e interage de modo sub-reptício com outras formas de desigualdade fundadas, nomeadamente, sobre critérios raciais, sociais ou econômicos.

A chave para um processo de diálogo intercultural frutífero está no reconhecimento da igual dignidade dos participantes. Pressupõe reconhecer e respeitar as diferentes formas de conhecimento e os seus modos de expressão, os costumes e tradições dos participantes e os esforços por estabelecer um contexto culturalmente neutro que facilite o diálogo e que permita às comunidades expressar-se livremente. Isso é especialmente verdade no caso do diálogo interconfessional, dimensão crucial da compreensão internacional e, por conseguinte, da resolução de conflitos. Para além dos intercâmbios institucionais entre personalidades eruditas ou representativas, o diálogo interconfessional assume um relevo ainda maior quando e se procura incluir intercâmbios de variada natureza, nomeadamente associações locais ou comunitárias, contando com a participação de populações autóctones, jovens, mulheres, a fim de procurar conciliar diferentes pontos de vista.



PARTE II:

Principais vetores da diversidade cultural

Ainda que praticamente todas as atividades humanas se repercutam na diversidade cultural, as suas perspectivas estão cada vez mais relacionadas com o futuro das línguas, da educação, da comunicação e dos conteúdos culturais e da criatividade e dos mercados. Esses quatro domínios serão analisados no âmbito dos quatro capítulos seguintes, de modo a determinar as tendências e fatores que influem sobre o estado da diversidade cultural e a rever as agendas políticas para que passem a considerar as realidades complexas do mundo de hoje.



↑ Contador de histórias na Praça Jemaa El Fna em Marraquexe, Marrocos

Capítulo 3: Línguas

As línguas são os vetores das nossas experiências, dos nossos contextos intelectuais e culturais, dos nossos modos de relacionamento com os grupos humanos, com os nossos sistemas de valores, com os nossos códigos sociais e sentimentos de pertencimento, tanto no plano coletivo como individual. Sob o ponto de vista da diversidade cultural, a diversidade linguística reflete a adaptação criativa dos grupos humanos às mudanças no seu ambiente físico e social. Nesse sentido, as línguas não são somente um meio de comunicação, mas representam a própria estrutura das expressões culturais e são portadoras de identidade, valores e concepções de mundo.

A dinâmica das línguas na atualidade

Os linguistas estimam que uma percentagem elevada das línguas do mundo desaparecerá provavelmente no decurso do presente século. Metade delas (entre 6 e 8 mil) é atualmente falada por menos de 10 mil pessoas e calcula-se que a cada duas semanas desapareça uma. O crescimento das línguas veiculares (particularmente o inglês) associado aos processos de globalização acarreta consequências significativas para as línguas de todo o mundo. As mudanças ocorridas nas línguas

como reação a uma multiplicidade de fenômenos políticos, sociais, econômicos e culturais e os efeitos da globalização na diversidade linguística, estão muito longe de ser simples e, frequentemente, são contraditórios. Em muitos casos, a substituição de línguas minoritárias não ocorre a favor do inglês mas sim em benefício de outras línguas e dialetos regionais rivais, o que leva a pensar que o uso generalizado do inglês se limita possivelmente a finalidades específicas, como as transações ou a comunicação funcional. A globalização encorajou também perspectivas mais diversificadas e híbridas do inglês, revelando formas extremamente complexas de interação, em que a língua, a identidade e as relações se influenciam reciprocamente, do mesmo modo que os falantes adotam formas herdadas de linguagem a novas finalidades e contextos culturais.

Muitas comunidades linguísticas encontram-se atualmente dispersas por diferentes países como consequência das migrações, da expansão colonial, dos deslocamentos de refugiados e da mobilidade profissional. À medida que aumenta a variedade dos vínculos entre língua e lugar, os esquemas de comunicação apresentam uma variedade crescente caracterizada por mudanças de códigos, pelo plurilinguismo e pela aquisição de diferentes capacidades de compreensão e expressão em idiomas e dialetos distintos, tendo, para além disso, como traço distintivo, uma fusão de capacidades linguísticas totais, parciais ou especializadas. De igual



→ Narração de relatos épicos (Quirguistão)

forma, as redes, em permanente crescimento, de telefones móveis, de Internet em banda larga e de outras tecnologias de informação e comunicação (TICs) dão lugar a novos esquemas de relacionamento humano de alcance e flexibilidade sem precedentes que abarcam cidades, regiões e culturas. Estas, por sua vez, forjam novas formas e práticas linguísticas ligadas a novas identidades culturais que ampliam e redefinem as fronteiras existentes entre os círculos público e privado e, bem assim, as dimensões sociais, culturais e educativas.

Línguas e identidades

Apesar da complexidade do mundo moderno, a maioria das línguas continua circunscrita a âmbitos restritos e majoritariamente vinculadas a determinada cultura. Como sucede no caso das espécies naturais, também as línguas se adaptam a ambientes ecológicos específicos e, como as obras culturais, têm uma história. As línguas comportam uma função de delimitação de fronteiras entre diferentes grupos sociais e, quando uma se perde, recuperá-la torna-se muito mais difícil do que o que ocorre com outros sinais da identidade. As línguas dominantes exercem um poder de atração sobre os falantes de línguas minoritárias. Os jovens, em especial, tendem a marcar a sua identidade usando os idiomas de maior comunicação. Ao cabo de gerações sucessivas, essa realidade acaba por se traduzir na perda de muitas línguas vernáculas e da diversidade cultural que elas representavam. Ademais, as línguas tradicionais têm vínculos com os seus correspondentes ecossistemas, de modo que a sua perda repercute igualmente na diversidade ambiental e ecológica.

Sob esse ponto de vista, é fundamental adotar medidas que protejam e promovam as línguas de importância local, enquanto se apoia a aprendizagem de línguas veiculares que permitam aceder a comunicações rápidas e ao intercâmbio de informação

Os desafios da avaliação e revitalização linguísticas

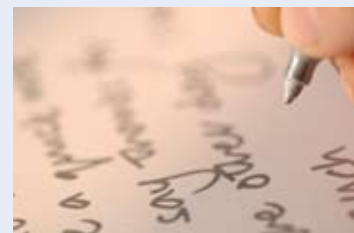
Para muitos, a vitalidade das línguas é considerada um ponto de referência da diversidade cultural, pois, praticamente a totalidade dos principais aspectos da cultura humana, desde a classificação do parentesco até a religião, depende da linguagem para ser transmitida. No entanto a língua não é a cultura. Muitos casos há em que um mesmo idioma é

falado por diferentes grupos culturais, portadores de concepções do mundo profundamente diversas.

As perspectivas tradicionais da documentação e avaliação das mudanças pelos quais passam as línguas centraram-se principalmente na linguística, ignorando as realidades socioeconômicas e os contextos políticos. Não obstante, a perda de uma língua é uma manifestação tardia da erosão cultural, que dá conta da existência de um processo já muito avançado de declínio cultural. Os diversos fatores que condicionam a saúde das línguas e as suas perspectivas de revitalização em caso de erosão dependem das configurações socioculturais, econômicas, políticas e históricas que influenciam de modo particular cada língua, o que torna, portanto, muito difíceis as generalizações e as análises globais. Se a revitalização e a preservação de línguas minoritárias são hoje abordadas essencialmente de maneira que procura reconhecer e integrar estes fatores, o processo permanece, contudo, profundamente político. De fato, existe a possibilidade de que a preservação ativa de uma língua em desuso seja entendida como um obstáculo à normal evolução cultural e ao valor instrumental da cultura mais recente que suplanta a original.



As línguas não são somente um meio de comunicação representando a própria estrutura das expressões culturais, sendo transportadoras de identidade, valores e concepções do mundo



← Loja de tradução e datilografia em Hyderabad, Índia



↑ Traduções em alemão, catalão, checo, espanhol e italiano da série juvenil Harry Potter da escritora britânica J. K. Rowling

É necessário preservar a diversidade linguística mundial como condição necessária da diversidade cultural, ao mesmo tempo que se promove o plurilinguismo e a tradução, de modo a fomentar o diálogo intercultural

As causas que estão na origem do perigo de desaparecimento das línguas podem ser externas (a globalização, as pressões políticas, as vantagens econômicas etc.), internas (a atitude negativa de determinada comunidade à sua língua) ou, na maioria dos casos, a combinação de ambas. O prestígio da língua dominante e o seu predomínio na vida pública podem levar uma comunidade a desvalorizar a sua própria língua. Assim, a revitalização das línguas depende, antes de mais nada, da reafirmação da identidade cultural, por parte de uma comunidade. Na verdade, as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) podem desempenhar um papel positivo, principalmente quando os meios de comunicação e informação participam do esforço geral.

A preservação das línguas menos difundidas interessa por igual às comunidades majoritárias e às minoritárias. Ainda que as medidas que protegem as línguas minoritárias figurem implicitamente em muitos instrumentos em vigor, a questão dos direitos linguísticos continua a ser objeto de controvérsias. O Conselho Executivo da UNESCO vem debatendo a viabilidade de um novo instrumento normativo consagrado às línguas e, em particular à questão de saber se ele deve focar-se na salvaguarda dos direitos linguísticos em geral ou nos de certos grupos vulneráveis.

Plurilinguismo, tradução e diálogo cultural

O plurilinguismo (a capacidade de utilizar várias línguas) cumpre a dupla função de facilitar a

comunicação entre pessoas de culturas diferentes e de contribuir para a sobrevivência de línguas que estejam em perigo de desaparecer. De sua parte, a tradução atua como ponte necessária para ultrapassar as numerosas barreiras linguísticas que o plurilinguismo não é capaz de evitar. Ambos são componentes necessários de uma sociedade plural.

Atualmente, o plurilinguismo pratica-se em escolas de muitos países onde os objetivos nacionais de educação fizeram da coesão social uma das prioridades máximas do investimento público no sistema educacional. As políticas de apoio ao plurilinguismo, o ensino de línguas e a preservação de línguas em perigo são indispensáveis para assegurar a perenidade da diversidade cultural.

Os principais desequilíbrios nos fluxos de tradução em escala mundial refletem as assimetrias globais na representação das culturas, povos e línguas. Os dados compilados no *Index Translationum* mostram que 55% de todas as traduções de livros correspondem a obras escritas originalmente em inglês, contra 6,5% de obras traduzidas para este idioma. A hierarquia entre as línguas majoritárias e minoritárias determina os fluxos de tradução. Praticamente não há tradução de uma língua autóctone para outra. Se por um lado, as traduções literárias têm declinado, a tradução técnica tem aumentado nos grandes países industrializados – onde o inglês é a língua-base dominante. Os sistemas de tradução automática, também em pleno desenvolvimento, ainda atendem principalmente as principais línguas-base e línguas-alvo. Levando em consideração o importante papel que a tradução tem na promoção da diversidade cultural, existem



↑ Letreiro à entrada de uma escola em Dar-Es-Salam, Tanzânia



Em sociedades multiculturais cada vez mais complexas, a educação deve auxiliar-nos a adquirir as competências interculturais que nos permitam conviver com as nossas diferenças culturais e não apesar delas



↑ Escola ao ar livre na região do Omo Meridional, Etiópia

↑ Alunos no corredor de uma escola primária de Hanói, Vietnã

argumentos a favor da formulação de uma política sobre tradução em escala mundial. Em geral, as políticas e a planificação linguística somente desde há pouco têm levado em consideração as transformações sociais dos últimos decênios do século XX. Para assegurar a contínua viabilidade das línguas mundiais, torna-se necessário encontrar os meios de, não somente salvaguardar a diversidade linguística, protegendo e revitalizando as línguas, mas também de promover o multilinguismo e a tradução, por meio da criação de políticas nacionais que encorajem o uso funcional de todas as línguas da sociedade. Esses dois objetivos estão correlacionados, uma vez que a promoção de um plurilinguismo que inclua a educação na língua materna constitui também um modo de salvaguardar as línguas autóctones ameaçadas. No plano internacional, isso traduz-se numa dupla perspectiva: 1) preservar a diversidade linguística mundial como condição necessária da diversidade cultural; 2) promover o multilinguismo e a tradução (nomeadamente nos domínios administrativo, educacional, dos meios de comunicação e do ciberespaço) de modo a fomentar o diálogo intercultural.

Capítulo 4: Educação

Considerada habitualmente sob o ângulo da transmissão de conhecimentos e do desenvolvimento de conceitos, muitas vezes uniformizados, das competências sociais e comportamentais, a educação é também uma questão de transmissão de valores – na mesma geração, entre gerações e entre culturas. As políticas educacionais têm uma repercussão decisiva no florescimento ou no declínio da diversidade cultural e devem promover a educação *pela e para* a diversidade. Assim se garante o direito à educação, ao mesmo tempo em que se reconhece a diversidade das necessidades dos educandos (especialmente daqueles que pertencem a grupos minoritários, indígenas ou nômades) e a variedade dos métodos e conteúdos conexos. Em sociedades multiculturais cada vez mais complexas, a educação deve auxiliar-nos a adquirir as competências interculturais que nos permitam conviver *com* as nossas diferenças culturais e não *apesar* delas. Os quatro princípios de uma educação de qualidade definidos no Relatório da Comissão Mundial sobre Educação para o Século XXI (aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender

a viver em conjunto) somente podem aplicar-se com êxito se a diversidade cultural for seu elemento central.

A relevância dos métodos e conteúdos da educação

Os planos e programas de estudos configurados pela uniformização de processos e conteúdos de aprendizagem (do gênero “tamanho único”) não respondem às necessidades de todos os educandos do mesmo modo que não respondem às suas condições de vida. Esta asserção é cada vez mais evidente em crescente número de países que procuram explorar vias diferentes dentro dos sistemas de educação. Porém, a informação disponível sobre os tipos de educação existentes no mundo e tudo quanto os distingue uns dos outros muitas vezes dentro mesmo do próprio país, ainda não foi objeto de uma coleta sistemática.

Em nome de uma educação de qualidade, bem concebida (culturalmente aceitável) e flexível (adaptada a sociedades em evolução), a elaboração de planos e programas de estudo deve visar o aumento da pertinência da educação mediante ajustes dos processos de aprendizagem, os conteúdos educacionais, a capacitação dos docentes e adaptar a gestão escolar à situação dos educandos. Para tal fim, torna-se necessário elaborar planos e programas de estudo multiculturais e plurilinguísticos, fundados na multiplicidade de pontos de vista e inspirando-se em histórias e culturas de todos os grupos da sociedade. Uma tal perspectiva, sensível à diversidade dos educandos, também deve prever medidas especiais destinadas aos grupos vulneráveis ou marginalizados e à melhoria dos ambientes educacionais e escolares, particularmente no que respeita a meninas, com o objetivo último de contribuir para o reforço da autonomia por meio da promoção dos direitos humanos, do aumento do espírito cívico e do fomento do desenvolvimento sustentável. Alcançar uma educação que leve em conta a cultura requer não só especialistas em matérias diferentes, mas também docentes que possuam os conhecimentos necessários e respeitem as diferenças culturais. A preocupação com a promoção de métodos de ensino pertinentes para a totalidade dos públicos do sistema educacional conduziu a uma diversificação sem precedentes dos meios e métodos educativos, particularmente no setor privado, por vezes em colaboração com organizações não governamentais.

Os benefícios dos mecanismos plurilinguísticos baseados na língua materna a todos os níveis da educação formal e não formal podem ser ilustrados no âmbito da educação primária com casos verificados em vários países em desenvolvimento. Os programas de educação bilíngue são pertinentes na maioria dos contextos de aprendizagem e podem revelar-se particularmente úteis na melhoria da qualidade do ensino e ampliar as oportunidades educacionais de grupos marginalizados ou insuficientemente atendidos, como determinadas populações indígenas. Mesmo que a maior parte dos países se encontre ainda muito longe de alcançar o objetivo de integrar o ensino de línguas nacionais, locais/regionais e internacionais nos seus planos e programas de estudo oficial (conforme observado na análise dos horários escolares em relação ao ensino das línguas), ter esse objetivo em mente é fundamental para a preservação da diversidade linguística e o fomento da atividade intelectual.

As sociedades de aprendizagem e o direito à educação

A promoção do direito à educação, tal como se reafirmou nos princípios da Educação para Todos (EPT), e a proteção e promoção da diversidade cultural, convertem a pluralidade num requisito fundamental da educação, que se opõe à tendência dos sistemas educacionais em se constituírem em fonte de uniformização. Deixar de considerar formas de aprendizagem não predominantes (ex: conhecimentos indígenas sobre gestão de recursos), somado às restrições dos mercados de trabalho, faz crescer o risco de marginalizar mais ainda as populações que a educação deveria fortalecer.

Ao não ser atribuída consideração suficiente a formas de educação não predominantes, corre-se o risco de aprofundar a marginalização das populações a que a educação deveria dar mais autonomia

↓ Jovem indígena
numa escola do
Alto Orinoco, Venezuela



Apesar do crescente reconhecimento da importância da diversidade do saber (incluindo as tradições locais e indígenas), continua muito divulgada a crença em teorias desligadas de toda e qualquer noção de valor e ancoradas em que não têm relação com os contextos sociais em que se originaram. À medida que o discurso predominante sobre a educação considera que a ciência é universal, revela-se a tendência a estabelecer uma compartimentação redutora entre as formas de conhecimento tradicionais e as de outra modalidade. Porém, as estratégias que encorajam o reconhecimento de formas tradicionais – e mesmo tácitas – do saber podem abrir novas perspectivas para preservação das sociedades vulneráveis, ao mesmo tempo em que alargam o campo dos saberes dominantes.

A comunidade internacional admite, cada vez com maior frequência, que as formas tradicionais e pragmáticas de aprender podem ser tão eficazes como os métodos didáticos ocidentais. Os contadores de histórias, por exemplo, contribuem para a vitalidade das culturas orais, ao passo que as estratégias de alfabetização podem causar uma depreciação não desejada nessas culturas. Entre outras vantagens intrínsecas, a educação indígena informal pode contribuir para a criação de formas de aprendizagem mais participativas, logo, mais adaptativas que analíticas. A educação tem muito a ganhar com estas perspectivas plurais da aprendizagem, que relembram que o direito à educação está estreitamente ligado ao direito de os pais “escolherem o tipo de educação a dar a seus filhos” (Art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Aprendizagem participativa e competências interculturais

Nas sociedades multiculturais, um dos principais problemas a que tem que fazer frente a educação durante toda a vida reside na nossa capacidade para aprender a conviver. Por esse motivo, a educação multicultural deve ser complementada com uma educação intercultural. O ensino das artes e humanidades, as atividades multimídia, os museus e as viagens ajudam a desenvolver as capacidades críticas indispensáveis para contrapor pontos de vista unilaterais, facilitam a adaptação a um ambiente social culturalmente diversificado e oferecem uma resposta



aos desafios do diálogo intercultural. Sensibilizar as pessoas para a diversidade cultural, mais que uma assimilação de conteúdos, é uma questão de perspectivas, métodos e atitudes. A aceitação do outro é uma aptidão que se adquire com a prática.

Os princípios funcionais da UNESCO baseiam-se na convicção de que a educação é essencial para combater a ignorância e a desconfiança que provocam os conflitos humanos. Dado que os preconceitos são também originados por aquilo que não sabemos ou por suposições errôneas, favorecer a abertura cultural é a chave para promover o diálogo intercultural e impedir o “choque de ignorâncias”. As humanidades e as ciências sociais incitam os educandos a dar-se conta dos seus próprios preconceitos e a reconsiderar ideias preconcebidas. Por esse motivo, a inclusão do estudo das religiões e crenças nos programas de ensino pode contribuir para dissipar muitos dos mal-entendidos que transformam a convivência em algo problemático. As artes são um instrumento universal eficaz para promover a compreensão mútua e a paz, e a sua prática um modo poderoso de socialização. O ensino das artes ajuda a restabelecer a relação entre os processos científicos e emocionais, e a intuição, que é um elemento-chave para cultivar atitudes que promovam a abertura intercultural. A educação artística também pode servir para abordar o etnocentrismo, os preconceitos culturais, os estereótipos, a discriminação e o racismo.

Nesses termos, a promoção das competências interculturais não deve limitar-se às aulas *stricto sensu*, mas alargar-se à *universidade da vida*. Deve acalentar-se a adoção de uma perspectiva integradora das aulas e

↑ Aluna durante uma aula na escola Ferdeusi de Cabul, Afeganistão





do ambiente escolar em geral, com a participação dos pais de alunos e de suas comunidades locais.

Capítulo 5: Comunicação e conteúdos culturais

À medida que o mundo se transforma lentamente numa “aldeia global”, a paisagem constituída pela imprensa, os livros, o rádio, a televisão, o cinema, a internet, para além de um amplo conjunto de dispositivos digitais, contribui para aumentar a visibilidade da diversidade cultural e para formar os nossos gostos, os nossos valores e a nossa concepção do mundo. Não obstante, convém analisar em que medida essas expressões traduzem a realidade, a complexidade e a dinâmica da diversidade cultural, pois se é verdade que não restam dúvidas de que os novos meios de comunicação facilitam o acesso à diversidade cultural, multiplicando as oportunidades de criar um diálogo intercultural e permitir a expressão de vozes diferentes, também se verifica que as assimetrias correspondentes à exclusão digital continuam a restringir as possibilidades de um verdadeiro intercâmbio cultural. Além disso, a própria multiplicidade de opções, assim como os novos desafios culturais que estas implicam, podem dar lugar a diversas formas de isolamento cultural.

↓ Antena parabólica de televisão na entrada de uma yurta (Mongólia)



A globalização e as novas tendências dos meios de comunicação

Em 2006, as indústrias dos meios de comunicação e da cultura representavam mais de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e tinham um valor aproximado de 1,3 trilhões de dólares americanos, ou seja, cerca do dobro das receitas provenientes do turismo internacional, estimadas no mesmo momento em 680 bilhões de dólares. Na década de 1990 do século XX, a economia da cultura e da criação cultural nos países da OCDE cresceu a um ritmo anual duas vezes superior ao do setor dos serviços, e quatro vezes superior ao da produção industrial. Nos últimos anos produziu-se uma concentração do setor nas mãos de algumas empresas multimídia transnacionais e de um grupo de atores mundiais do setor dos meios de comunicação. No que diz respeito aos suportes impressos e gravados, o mercado das exportações é dominado pelos países da OCDE. Relativamente aos conteúdos produzidos, observa-se a mesma tendência nos setores da radiodifusão, da televisão e da difusão cinematográfica. No caso do cinema, constata-se que as produções nacionais têm dificuldades em competir com as superproduções dos grandes conglomerados cinematográficos (Bollywood e a indústria cinematográfica francesa, subvencionada pelo Estado, são exceções notáveis). A grande maioria dos países em desenvolvimento não está ainda em condições de explorar suas competências criativas ao serviço do desenvolvimento desse setor. Por exemplo, a participação da África no comércio mundial de produtos criativos continua a ser marginal – menos de 1% das exportações mundiais – apesar de haver abundância de talentos nesse continente. Contudo, o cenário midiático mundial está em transformação e alguns países em desenvolvimento começam a impor-se como exportadores de equipamentos culturais e de produtos de comunicação, e até mesmo como produtores de conteúdos, contribuindo dessa forma para os chamados os “contrafluxos”. Como consequência das estratégias que visam aumentar a competitividade global e de uma procura crescente de produtos de comunicação, as exportações de equipamentos culturais e de produtos midiáticos procedentes de países em desenvolvimento aumentaram rapidamente entre 1996 e 2005. Essa tendência favoreceu a emergência de mercados locais de conteúdos midiáticos, mesmo se, devido às limitações

O aumento da oferta de conteúdos da mídia pode dar lugar a uma falsa diversidade que oculta o fato de que a algumas pessoas só interessa comunicar com as que partilham as mesmas referências culturais

tecnológicas e às dificuldades de distribuição, esses mercados se mantêm relativamente circunscritos. Além disso, o crescimento das exportações de produtos relacionados com a comunicação, oriundas de países recentemente industrializados, a aparição de novos centros midiáticos regionais, a importância mundial do setor audiovisual latino-americano (telenovelas) e a expansão das redes de informação pan-regionais e internacionais, são os sinais visíveis de uma “globalização pela base”, que faculta novas possibilidades de expressão a vozes alternativas (minorias, comunidades indígenas, diásporas ou grupos de interesses particulares).

Dessa forma, a produção dos conteúdos culturais e de comunicação, assim como os seus modos de difusão e de consumo, sofrem alterações significativas, caracterizadas pela conectividade, pela interatividade e pela convergência. Surgem novas práticas e novos conteúdos ligados ao desenvolvimento de produtos culturais recentes, de informação e de comunicação, acessíveis através da internet, dos telefones celulares ou de equipamentos similares, o que dá lugar à emergência de pequenas estruturas de produção que visam micromercados e novos modelos de criação e de difusão de conteúdos (conteúdos produzidos pelos usuários). Enquanto o acesso à Internet aumenta, esta Rede demonstra que, não somente tem capacidades para reduzir significativamente as desigualdades econômicas e políticas, entre a escala local e a mundial, mas também pode ajudar a ultrapassar as clivagens que potencialmente existem entre diferentes grupos de uma mesma sociedade.

O impacto dos produtos culturais e de comunicação

As novas oportunidades de intercâmbios entre participantes de origens culturais diversas implicam, contudo, uma série de problemas relacionados com a fragmentação dos públicos e dos estereótipos – aos quais se deve fazer face mediante uma informação adequada e iniciativas de alfabetização midiática ou educação para a mídia.

O desenvolvimento da oferta de conteúdos midiáticos não resulta necessariamente em uma maior diversificação do consumo. Perante excesso de oferta, alguns consumidores preferem limitar-se a um pequeno número de títulos ou de temas conhecidos, em vez de se aventurarem em áreas desconhecidas

ou diferentes. Um grande fosso intergeracional parece tornar-se mais profundo à medida que novos modos de consumo de conteúdos digitais conduzem a novas formas de interação social e desafiam atores tradicionais no âmbito da cultura, tais como a escola e a família. Cada vez mais os públicos são compostos por “fãs” ou por “grupos” cujos “membros” mantêm poucos contatos uns com os outros, e com tendência para se fecharem a outros modos de pensar. Daí pode resultar uma falsa diversidade, que oculta, na realidade, o fato de que algumas pessoas só desejam comunicar com os que partilham as mesmas referências culturais.

Além disso, a escolha restrita das representações que propõem as grandes redes de mídia e de comunicação tendem a favorecer a criação de estereótipos, fabricando o que costumamos chamar uma “imagem do outro”, manifestando cada meio de comunicação uma propensão específica para fixar, reduzir ou simplificar as coisas, em função de formatações e de programas uniformizados. Dentre as múltiplas estratégias elaboradas para eliminar os estereótipos, as iniciativas de *alfabetização midiática e informacional* podem ajudar o público a dar provas de um maior espírito crítico quando consome produtos de comunicação, lutando assim contra os pontos de vista parciais. A alfabetização midiática é um aspecto importante do acesso aos meios e uma vertente fundamental da educação não formal. Convém promovê-la no seio da sociedade civil e junto aos profissionais de mídia, como parte integrante dos esforços que devem ser feitos para melhorar a compreensão recíproca e facilitar o diálogo intercultural.



↑ Terraços de habitações urbanas (Norte de África)

→ Jornalista alemão entrevistando uma jovem sobre as condições de trabalho numa indústria de confecções (Bangladesh)



Políticas de fomento à diversidade cultural

As políticas dirigidas à promoção da diversidade cultural nos conteúdos culturais e comunicacionais contribuem para incrementar o pluralismo e a livre circulação das ideias. Assim, a diversidade cultural torna-se essencial para que exista mídia de qualidade. Certos setores inteiros da população, como os grupos marginalizados e as minorias étnicas, estão demasiado ausentes da mídia, em parte porque não têm acesso aos cargos editoriais, de gestão ou de tomada de decisão quanto ao que é publicado ou não nos veículos de mídia (*gate-keeping*). Promover a diversidade interna nas redações e a presença dos dois sexos nas estruturas midiáticas é fundamental para garantir a diversidade dos conteúdos produzidos.

Por isso, as oportunidades oferecidas pelas novas práticas midiáticas e os conteúdos criados pelos usuários deveriam também ser explorados. Práticas jornalísticas inovadoras surgem com vídeo-reportagens realizadas com dispositivos móveis. Uma cobertura jornalística híbrida e transfronteiriça – sejam as fronteiras culturais ou nacionais – está sendo experimentada e promovida – no âmbito de projetos de coprodução e de produção coordenada, ou por meio de redes nacionais, regionais ou internacionais de profissionais de mídia. A internet tem a capacidade de promover a democracia comunicacional promovendo várias iniciativas culturais inovadoras que dispensam as fontes de informação predominantes: construção da identidade no seio das diásporas, desenvolvimento de estruturas para a defesa dos interesses das culturas minoritárias, comunidades em linha, grupos ativistas e pessoas que têm interesses culturais comuns.

Existem três desafios para que os conteúdos culturais e comunicacionais consigam contribuir para a diversidade cultural: em primeiro lugar, há que responder aos imperativos da produção de conteúdos inovadores; em seguida, ampliar o acesso e, finalmente, lograr uma representação mais equilibrada. A *produção de conteúdos inovadores* deve garantir a integração da diversidade cultural à mídia e às indústrias culturais, privilegiando os conteúdos locais. A *ampliação do acesso* supõe, dentre outras, medidas coerentes para reduzir a exclusão digital, o acesso à produção e distribuição de conteúdos inovadores e o fomento de novas estratégias de informação e de comunicação que possam garantir



A criação artística e todas as formas de inovação que abrangem o conjunto das atividades humanas podem ser consideradas como fontes primordiais da imaginação da diversidade cultural

† Bonecas “matrioska”
(Federação Russa)

a representação de pontos de vista contrários nos debates sobre todos os temas. A diversidade cultural requer também uma *representação equilibrada* das diversas comunidades que convivem num determinado país, em conformidade com os princípios da liberdade de expressão e da livre circulação de ideias.

Capítulo 6: A criatividade e o mercado

Neste capítulo são examinadas as relações entre a diversidade cultural e as inúmeras atividades desde a criação cultural e a comercialização das expressões culturais até as mais amplas repercussões da cultura no mercado e no mundo dos negócios. Subjacente ao fenômeno da globalização, o instinto criativo que deu luz à diversidade cultural, continua sendo um fator primordial quando se trata de analisar o estado atual das culturas no mundo. De fato, a diversidade cultural só poderá preservar as suas raízes se elas continuarem a nutrir-se de respostas inovadoras dentro de um contexto em rápida evolução. Nesse sentido, a criação artística e todas as formas de inovação relacionadas com as atividades humanas podem aparentar-se a fontes de imaginação essenciais para o desenvolvimento da diversidade cultural. A criatividade é, pois, um elemento fundamental da diversidade cultural, a qual, por sua vez, também propicia a criatividade.

A criação artística e a economia criativa

É importante evitar todo o tipo de concepção etnocêntrica da criatividade. A criatividade, ao contrário, deve ser compreendida como algo que se refere a todas as produções materiais, pelas quais os seres humanos dão sentido à sua existência. Os limites da “arte” podem variar consideravelmente de uma cultura para outra, refletindo tanto as divergências de pontos de vista que se exprimem como os materiais e as técnicas disponíveis em tais sociedades. A segunda parte do século XX foi marcada por uma diversificação radical dos gostos, dos lugares de encontro e dos mercados no mundo das artes e por um crescimento dos intercâmbios artísticos em nível planetário. Do ponto de vista das práticas artísticas contemporâneas, o mundo avança em direção a formas generalizadas de abertura para o exterior e já não está estruturado sobre o modelo centro/periferia. Essa ampliação das perspectivas e das expressões artísticas contribuiu para um intercâmbio fecundo de ideias que se



↳ Turistas com uma mulher indígena da América do Sul

↓ Artesão marceneiro da etnia Zafimaniry (Madagáscar)



reflete em todas as modalidades de criação artística. Não obstante, se as políticas têm que se abrir a essas influências transculturais, é preciso também que elas reconheçam que tais tendências para a globalização podem ser perigosas para a diversidade cultural. As importações, com ou sem retorno, ou as formas híbridas criadas pela globalização, podem, finalmente, não passar de estereótipos, assim como os mercados internacionais especializados nas artes “exóticas” podem também servir para recompensar o conformismo artístico.

Nas artes cênicas, a diversificação e a interligação das tradições artísticas podem traduzir-se por intercâmbios internacionais importantes nas áreas do teatro e da dança e pela ampliação das fontes e da prática da música clássica ocidental, bem como do interesse que ela desperta.

Com respeito à música popular, a diversidade está presente por meio de uma multiplicidade de lugares e de estilos multiculturais que se sobrepõem com frequência. O risco que representa esse cadinho artístico é a mercantilização das expressões culturais e a substituição da diversidade pelo conceito de cultura do mundo.

O processo da globalização e as tecnologias modificaram as regras do jogo para os artistas e os criadores, apresentando ainda com mais força a eterna pergunta de saber como é possível conciliar a criatividade pura com as difíceis realidades econômicas? As remunerações financeiras oferecidas num contexto comercial globalizado tiveram o efeito de inclinar a balança a favor de considerações econômicas, o que gerou uma considerável repercussão em termos de diversidade cultural. No setor da música popular, a assimetria dos fluxos culturais encoraja os artistas locais a explorar o seu talento criativo num mercado cada vez mais mundial, acentuando dessa maneira os processos de aculturação no mundo inteiro.



Observam-se tendências similares nas artes plásticas e visuais, domínio em que os cinco primeiros países exportadores são ocidentais (à exceção da China) e onde o mercado, controlado pelo Ocidente, favorece os artistas oriundos do mesmo

espaço cultural. Nesses termos, deve favorecer-se e facilitar-se os intercâmbios e a circulação dos artistas.

Se a linguagem da literatura constitui uma espécie de barreira contra a aculturação, as literaturas das principais línguas veiculares têm também uma enorme vantagem sobre as outras em termos de difusão cultural. Alguns prêmios literários concedidos a traduções de obras estrangeiras permitiram corrigir sensivelmente essa tendência, e certos projetos, como a recente Biblioteca Digital Mundial, em que cooperam a UNESCO e a Biblioteca do Congresso americano, põem à disposição do público documentos de primeira ordem sobre as culturas do mundo inteiro.

O artesanato e o turismo internacional

O consumo cultural hoje atinge um público cada vez mais numeroso e abrange expressões e experiências culturais cada vez mais vastas. O artesanato e o turismo – o primeiro dando uma forma artística aos objetos decorativos ou domésticos, e o segundo permitindo acesso à diversidade das culturas no seu contexto natural – ilustram a tensão existente entre autenticidade e comercialização, um elemento central da preservação e da promoção da diversidade cultural.

A produção de objetos artesanais é uma forma importante de expressão cultural e, cada vez mais, uma fonte de receitas e de emprego em muitas regiões do mundo. O artesanato passou a formar parte integrante de um complexo conjunto de corporações, de trocas e de sistemas bancários, que transformam a economia artesanal tradicional em função dos imperativos do mercado mundial. O trabalho artesanal que continua a ser fiel às suas tradições encarna uma forma e uma filosofia características da cultura de onde se origina. A produção em massa poderia conduzir ao seu empobrecimento por lhe cortar as raízes. Os produtos industriais, que eram ocidentais na sua origem, inundam atualmente os mercados, causando um grave impacto sobre as economias artesanais. Garantir um preço equitativo aos produtos artesanais é talvez tão importante quanto preservar os conhecimentos tradicionais. Convém, portanto, salvaguardar a fabricação artesanal no âmbito da proteção jurídica do folclore.

A promoção da diversidade cultural depende em grande parte do apoio concedido a projetos comerciais adaptados ao contexto cultural e às limitações da economia local. O microcrédito – baseado nos mecanismos da economia mercantil, mas levando em



→ *Imagens da Virgem Maria numa loja de Recordações em Lourdes, França*

↓ *Mãos unidas numa empresa plurinacional*

↓ *Arte de rua no Rio de Janeiro (Brasil)*

↓ *Tecidos equatorianos*



Os resultados dos recentes trabalhos de investigação parecem confirmar a existência de um vínculo positivo entre a diversidade e os resultados econômicos e financeiros das empresas multinacionais

conta as estruturas cooperativas de cada sociedade – resultou vantajoso nesse sentido, especialmente nos países em desenvolvimento.

O turismo muito contribui para associar iniciativas lucrativas e promoção do diálogo intercultural. Depois de varias décadas de turismo de massa assistimos hoje, ao renascimento de uma modalidade de turismo que procura a autenticidade, motivado pelo desejo de descobrir outros homens e outras mulheres no seu contexto natural, social e cultural. O turismo cultural, que inclui algumas formas de turismo religioso, assim como o turismo relacionado com os sítios do patrimônio mundial, pode contribuir para promover a compreensão cultural, situar os outros no seu entorno natural e conferir maior profundidade histórica às outras culturas. E se outras comunidades se associam ao projeto, esse fato também pode acentuar o sentimento de autoestima e contribuir para o desenvolvimento sustentável. Não obstante, os resultados dessa nova tendência de turismo foram até agora muito diversos, já que o turismo também pode acentuar o caráter exótico das diferenças culturais, reduzindo dessa maneira as expressões e as práticas culturais a meros espetáculos folclóricos, separados do seu contexto e do seu verdadeiro significado.

A diversidade cultural e o mundo dos negócios

No contexto da internacionalização dos mercados, a capacidade das empresas enfrentar os desafios da diversidade cultural, aproveitando os recursos que ela oferece, acabou por se converter em fator-chave do êxito econômico. Quer se trate da concepção dos produtos, da criação da sua imagem de marca ou da elaboração de estratégias de comercialização, ou ainda da organização das empresas ou das suas políticas de emprego, a diversidade cultural tornou-se fator essencial que se deve levar em consideração nas operações comerciais em nível mundial.

As multinacionais estão cada vez mais conscientes dos benefícios que podem obter com a diversificação e a adaptação de seus produtos para penetrar novos mercados e responder às expectativas dos consumidores locais. Os esforços para conter essas incursões comerciais mediante o lançamento de marcas rivais sob denominações diferentes, com referência local, servem unicamente para promover a universalização desse produto genérico. Algumas multinacionais baseiam a sua imagem numa síntese de elementos locais e universais. Na prática, o produto

deve invariavelmente levar em conta as condições e as preferências locais, mesmo quando a marca permanece internacional. Nos mercados emergentes, as estratégias comerciais elaboradas no contexto das sociedades de consumo ocidentais devem-se adaptar às condições locais e ter o apoio dos habitantes locais.

Num mundo empresarial amplamente globalizado, culturas muito diferentes se veem obrigadas a contatos profissionais entre si por meio de parcerias multinacionais, de fusões e de deslocalizações. Hoje em dia, os gestores de empresas estão cada vez mais conscientes da necessidade de levar em consideração os fatores culturais para otimizar o rendimento das suas empresas. Isso consiste na adoção de uma atitude profissional culturalmente neutra ou na exaltação das origens específicas ou da cultura dos colaboradores da empresa. A cultura de empresa tem por objetivo a valorização e o respeito dos empregados pelos colegas, de modo a reforçar a integração da organização em todos os níveis hierárquicos. Uma vez que as competências de gestão têm que integrar, cada vez mais, a capacidade de trabalhar em contextos culturais muito distintos, chegou-se mesmo a criar em algumas empresas, cargos de responsáveis pela diversidade, cuja função é a de promover e gerir a diversidade na empresa, evitando conflitos que possam ser nocivos para o rendimento geral do grupo.

Os estudos sobre a gestão intercultural das empresas versam cada vez mais sobre a diversidade cultural, e as pesquisas tratam igualmente de avaliar a relação entre a diversidade e os resultados nos mercados cada vez mais competitivos. Recentes trabalhos de investigação tendem a confirmar a existência de um vínculo positivo entre a diversidade e os resultados econômicos e financeiros das empresas multinacionais. Na realidade, as empresas começam agora a promover a inteligência cultural, concentrando-se nas vantagens potenciais que pode oferecer a diversidade dos seus empregados: maior criatividade e inovação; melhores vendas realizadas com distintos perfis de consumidores; ampliação do processo de tomada de decisões, à medida que as firmas se internacionalizam e se encontram em situações e contextos distintos; seleção cuidadosa dos empregados e esforços contínuos no setor da formação; estruturas de gestão que facilitem a criação de pontes entre as diferentes fórmulas de cultura das empresas.



PARTE III:

A diversidade cultural: uma fonte de estratégias renovadas a favor do desenvolvimento e da paz

A diversidade cultural – vista como processo dinâmico, no qual o diálogo intercultural desempenha o papel de gestão da mudança cultural – é chamada a tornar-se poderoso instrumento de impulso para a renovação das estratégias da comunidade internacional, a favor do desenvolvimento e da paz, baseado no respeito aos direitos humanos universalmente reconhecidos. Apesar de ser, por vezes, considerada secundária, desempenha um papel central nas políticas de cooperação e de coesão internacionais, em conformidade com os esforços feitos pela comunidade internacional para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Capítulo 7: Diversidade cultural: uma dimensão fundamental do desenvolvimento sustentável

Ao contrário do que habitualmente se supõe, não existe um caminho pré-determinado para o desenvolvimento de cada sociedade, tampouco um modelo único a ser seguido pelas estratégias de desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento como processo linear e essencialmente econômico, conforme o modelo ocidental, tende a desordenar as sociedades que procuram seguir outros caminhos ou que promovem valores distintos. Consequentemente, as estratégias de desenvolvimento sustentável não podem permitir-se ser culturalmente neutras: não somente devem ser sensíveis à dimensão cultural, mas também devem aproveitar os benefícios oriundos da interação dinâmica entre as diferentes culturas. Uma perspectiva de desenvolvimento mais sensível à diversidade é, consequentemente, a chave para lutar contra os inextricáveis problemas socioeconômicos e do meio ambiente com os quais o planeta se confronta.

A perspectiva cultural do desenvolvimento

Segundo uma visão que prevalece no mundo industrializado, existiria uma relação causal entre cultura e subdesenvolvimento ou, em outras palavras, entre os valores ocidentais e os bons resultados econômicos. A equação que iguala desenvolvimento à soma da maximização do lucro com a acumulação de bens materiais se encontra, porém, cada vez mais questionada por um conceito mais amplo do desenvolvimento. Ignorando a diversidade cultural, as estratégias de desenvolvimento arriscam-se a perpetuar ou agravar os malefícios que deveriam normalmente evitar ou solucionar. Torna-se, portanto, essencial levar em conta os fatores sociais e o contexto cultural, assim como a participação da comunidade na preparação e execução dos projetos econômicos. Para James D. Wolfensohn, ex-presidente do Banco Mundial, “começamos a compreender que o sucesso do desenvolvimento depende em parte de “soluções” que fazem eco da percepção que uma comunidade tem da sua própria identidade”.

Após a elaboração, pelo PNUD, nos anos 1990, do modelo de desenvolvimento humano, passou-se



a atribuir maior importância à integração da dimensão cultural na reflexão e nos projetos de desenvolvimento, dando assim maior atenção às “redes de significado” criadas pelos indivíduos, ao contexto cultural no qual vivem as comunidades e os grupos, às hierarquias sociais que existem em nível local, aos modos de vida e às formas locais de comunicação e de expressão. O reconhecimento da diversidade cultural acrescenta uma dimensão crucial às estratégias que consideram a sustentabilidade como elemento que facilita a integração dos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento. Nesse sentido, a diversidade cultural pode ser considerada como dimensão transversal-chave do desenvolvimento sustentável.

As percepções da pobreza e a sua erradicação

Os conceitos culturais prefiguram o modo de compreender e de viver a pobreza. Geralmente é a percepção que temos dos pobres ou que eles têm deles próprios que os relegam a situações de inferioridade e que constituem um grande obstáculo à sua autonomia. As diversas visões que existem da pobreza tornam ainda mais difícil a aplicação de uma estratégia de cooperação internacional global nessa área. Porém, a pobreza constitui uma violação dos direitos humanos fundamentais e não se compadece com qualquer justificação cultural (que se lhe aplicaria como marca da fatalidade ou a consequência de uma ordem social predominante). Em consequência, se examinamos os mecanismos que conduzem à pobreza, com o objetivo de a eliminar com base numa aplicação real da defesa dos direitos humanos, torna-se possível contemplar certas soluções locais, em que as comunidades atingidas podem tornar-se a si próprias em atores de uma saída da situação de pobreza. Certas percepções integralistas que incorporam estratégias culturais e a vontade de compromisso com os direitos humanos contribuem efetivamente para a autonomia e para o reforço de capacidades.

No centro dessa visão baseada na diversidade cultural, reside a ideia que as culturas são trajetórias dirigidas ao futuro. Conforme Arjun Appadurai: “precisamos de uma mudança radical na forma de considerar a cultura, a fim de criarmos uma relação mais produtiva entre a antropologia e a economia, entre a cultura e o desenvolvimento, para lutar contra a pobreza. Esta

mudança implica posicionar o futuro, e não o passado, no centro da nossa reflexão sobre a cultura”. Do que se trata, pois, é de dar corpo à nossa “capacidade de desejar” e de permitir aos indivíduos e aos grupos serem os atores do seu próprio desenvolvimento. As políticas sociais a favor da diversidade cultural ajudam a aumentar o nível de autodeterminação das minorias de baixos rendimentos ou de baixo estatuto. Para além da redistribuição de rendimentos e da igualdade de acesso aos direitos, a redução da pobreza requer medidas que visem que esses grupos possam desempenhar um papel mais relevante na esfera pública. Quebrar a espiral da pobreza implica restaurar neles a consciência da sua dignidade, o que passa pela valorização do património imaterial do qual as pessoas interessadas são depositárias.



↑ Arte da cestaria
(Indonésia)



Uma forma de abordar o desenvolvimento que leve em conta as diferenças culturais é fundamental para fazer face aos intricados problemas económicos, sociais e ambientais com os quais o planeta se confronta



↑ Crianças brincando numa lixeira de Maputo, Moçambique

← Lago na China

↑ Vacinação de uma criança contra a poliomielite (Afeganistão)

Há muito que aprender com as aptidões em matéria de gestão ambiental, inerentes aos conhecimentos gerais e práticos das populações locais, rurais e indígenas

→ Agricultora examinando grãos numa plantação de café orgânico

↓ Frascos de medicamentos tradicionais chineses em Hong Kong, China



Em conformidade com os princípios do comércio equitativo, os esforços que visam revitalizar o artesanato e promover um turismo benéfico para as comunidades locais, podem contribuir para melhorar as condições socioeconômicas, realçando ao mesmo tempo o vínculo fecundo entre as culturas, as tradições e a modernidade. O mais importante é que as estratégias de eliminação da pobreza sejam adequadas e aceitas pelas populações locais – o que tem mais probabilidades de acontecer se elas insistirem no diálogo com os referidos grupos e na sua participação nas iniciativas que visam reforçar as competências –, de tal forma que lhes seja possível tomar decisões conscientes.

A diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental

Quer se trate da erosão da biodiversidade ou da mudança do clima, a diversidade cultural desempenha um papel fundamental, apesar de ser frequentemente subvalorizada, na resposta aos desafios ecológicos atuais e na promoção de um meio ambiente sustentável. Os fatores culturais têm um papel determinante nos comportamentos consumistas, em valores relativos à gestão de recursos ambientais e nas interações com a natureza. Há muito para aprender no que tange à gestão de recursos ambientais, a partir do saber e dos conhecimentos das povoações locais, rurais ou indígenas, particularmente em termos de estratégias polivalentes de apropriação, de produção em pequena escala, pouco excedentária e pouco consumidora de energia, ou de abordagens conservadoras da terra e dos recursos naturais, que evitam o desperdício e o esgotamento dos recursos. As populações indígenas, guardiãs de milhares de espécies de variedades vegetais e de raças de animais domésticos, têm os meios para desempenhar um papel crucial na procura de soluções para os problemas atuais relativos ao ambiente, mesmo se algumas questões de índole política travaram até agora a sua participação no âmbito do Plano de Trabalho Quinquenal de Nairóbi (2006).

Em conformidade com os princípios da UNESCO, que defende há muito as interdependências dinâmicas entre os homens e a natureza, é cada vez mais aceito que existem vínculos entre a biodiversidade e a diversidade cultural, mesmo que ambas tenham evoluído de maneira distinta. Entre as correspondências que se podem identificar entre uma e a outra, aparece a diversidade linguística, a



cultura material, o saber e a tecnologia, os modos de subsistência, as relações econômicas, as relações sociais e os sistemas de crenças. O recente interesse dos tomadores de decisão pelo paradigma das “localidades” mostra até que ponto as práticas culturais podem contribuir para a revitalização da diversidade biológica, agrícola etc. Contudo, essas duas preocupações – com a diversidade cultural e com as outras formas de diversidade – não são sempre conciliáveis, como o demonstram os debates que podem surgir localmente em torno da caça de espécies ameaçadas.

Dado que as expressões e as práticas culturais estão frequentemente ligadas a certas condições ambientais, as mudanças ambientais de grande amplitude terão necessariamente uma repercussão considerável na diversidade cultural. Entre as consequências, poder-se-ia assistir, por exemplo, ao deslocamento maciço de populações, o que constituiria uma ameaça séria para a continuidade e diversidade culturais. Esses efeitos na transmissão

da cultura são particularmente sensíveis nas zonas rurais e no seio das minorias, cuja vida depende de um território específico, e que com frequência se encontram já em situações difíceis. A inquietante acumulação de problemas do meio ambiente que ameaçam a estabilidade – para não dizer a existência – das sociedades humanas, teve por consequência uma reflexão sobre os limites de uma resposta puramente técnica e científica ao imperativo ecológico, e sobre as possibilidades oferecidas por uma abordagem centrada no desenvolvimento sustentável, inspirando-se em experiências, intuições e práticas culturais muito diversas.

Urge conceber e promover, em matéria de desenvolvimento, formas de pensar, novos indicadores e novas metodologias, que identifiquem quem se beneficia e em quem pode ser excluído do desenvolvimento, e as repercussões deste nas condições de vida humana e no tecido social em que ocorre. A esse respeito, o *Prisma de Análise da Diversidade Cultural da UNESCO*, para uso dos decisores e dos responsáveis políticos, contribuiu para tornar mais operacionais certo número de normas e de modelos, com o objetivo de conceder à diversidade cultural o lugar que lhe pertence na concepção, elaboração e implementação dos programas.

Capítulo 8: A diversidade cultural, os direitos humanos e a governança democrática

“Ninguém pode invocar a diversidade cultural para infringir os Direitos Humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar o seu alcance”. Esta cláusula central da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2001 faz sobressair a oposição, por vezes confusamente invocada, entre a diversidade cultural e os direitos humanos universalmente proclamados. Porém, longe de favorecer o desenvolvimento do relativismo, a diversidade cultural e o seu corolário, o diálogo intercultural, são vias que conduzem a uma paz fundada na “unidade na diversidade”. Uma compreensão total da diversidade cultural contribui para o exercício efetivo dos direitos do homem, para uma coesão social reforçada e para a governança democrática.

A diversidade cultural e os direitos humanos universalmente proclamados

Considerar a diversidade cultural como sinónimo de relativismo, e consequentemente, rejeição dos princípios universais, ou ao invés, ver na aplicação dos

A diversidade cultural e o diálogo intercultural são forças impulsionadoras fundamentais para reforçar o consenso sobre os fundamentos universais dos direitos humanos

↓ Crianças jogando em Alice Springs, Austrália



direitos humanos universais uma forma de imposição de valores ou crenças, é presumir incorretamente que a diversidade cultural e os direitos humanos universais se excluem mutuamente. Pelo contrário, os direitos humanos emanam do tecido das próprias culturas, como o reconhecem os países signatários dos instrumentos sobre direitos humanos. Desse ponto de vista, a diversidade cultural e o diálogo intercultural constituem meios essenciais para reforçar o consenso da fundamentação universal dos direitos humanos.

Se o desafio, tal como expresso na *Declaração de Viena* de 1993, é que “se convém não perder de vista a importância dos particularismos nacionais e regionais, e a diversidade histórica, cultural e religiosa, é, contudo, obrigação dos Estados, independentemente do seu sistema político, econômico e cultural, promover e proteger todos os direitos humanos e todas as liberdades fundamentais”, então a ênfase nas dimensões culturais de todos os direitos humanos não deveria ser entendida como forma de atentar à universalidade pela diversidade, mas sim como um encorajamento para a apropriação desses direitos por todos, individual ou coletivamente. A melhor forma de incorporar um conjunto de normas para proteger os direitos humanos num contexto cultural é por meio do diálogo e da comunicação. A diversidade cultural é, portanto, um elemento vital para aceder aos indivíduos na sua vida quotidiana, sem o que a universalidade dos direitos humanos se arrisca a permanecer uma abstração. Tal como o Grupo de Fribourg sublinhou com tanta clareza, é necessário considerar “a dimensão cultural de todos os direitos humanos, a fim de enriquecer a universalidade

por meio da diversidade e encorajar a apropriação desses direitos por todas as pessoas, sozinhas ou em comunidade”. Para além disso, não pode haver uma efetiva implementação dos direitos cívicos e políticos sem que as condições culturais necessárias para ajudar os indivíduos e os grupos a realizarem-se sejam elas próprias asseguradas. Assim, o exercício do direito de voto implica possuir um nível mínimo de educação, isto é, ser alfabetizado, por exemplo. A maioria dessas condições culturais necessárias pode ter um parentesco com os direitos culturais, que são facilitadores do desenvolvimento das competências. Os direitos linguísticos são especialmente importantes, pois facultam o acesso a uma habilidade essencial para o exercício dos demais direitos. Os direitos culturais em si mesmos encontram-se escassamente desenvolvidos no direito internacional e são pouco mencionados nos diversos instrumentos internacionais. A extensão considerável do conceito suscita vários problemas de definição, de oposição e de compatibilidade com os outros direitos humanos. As reivindicações coletivas feitas em nome dos direitos culturais – integrando uma abordagem da promoção e da proteção da diversidade cultural baseada nos direitos e visando as criações e as expressões culturais, ou ainda a soma das atividades materiais e espirituais de uma comunidade – são difíceis de traduzir em termos de direitos humanos. Tampouco é evidente determinar quem deve garantir o exercício desses direitos. Finalmente, está ainda em curso um debate sobre as tensões que existem entre os direitos culturais e os direitos humanos fundamentais, tais como o direito à igualdade de tratamento e à não-discriminação.

↓ O obelisco de Buenos Aires, Argentina



A diversidade cultural: um parâmetro da coesão social

A diversidade cultural representa hoje um desafio maior devido à composição multicultural da maioria dos países. A edição de 2004 do Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD, intitulada *A liberdade cultural num mundo diversificado*, insiste na necessidade de levar a cabo políticas públicas que reconheçam a diferença, promovam a diversidade e encorajem as liberdades culturais. Porém, isso só é possível se estivermos cientes dos conflitos que o próprio reconhecimento da diversidade faz surgir nas sociedades multiculturais. A experiência demonstrou que os esforços que visam reforçar o tecido nacional, negando a existência das diferenças culturais, produzem choques e que o único

meio eficaz de viver com essas diferenças é confrontá-las. Se é verdade que nunca existiu nenhuma sociedade culturalmente homogênea, também é verdade que a rede cultural se torna progressivamente mais complexa à medida que se desenvolve a globalização. Em vários países que não levaram suficientemente em conta a globalização, a imigração em grande escala conduziu à emergência de guetos comunitários, que podem tornar-se fonte de conflitos – o que torna necessário estabelecer “compromissos razoáveis” entre as culturas. Os problemas de percepção são relevantes neste caso, porque os conflitos interculturais implicam invariavelmente confusões e distorções entre os fatos e a percepção, especialmente entre a maioria da população e as minorias que não se sentem suficientemente reconhecidas e integradas ao tecido social. Devem ser tomadas medidas a fim de assegurar que as vozes e as opiniões das minorias sejam ouvidas e para que os debates integrem todos os membros das comunidades.

Desde os anos 1970, a política do multiculturalismo – nomeadamente nas áreas da educação, da informação, do domínio jurídico, da prática religiosa e do acesso à mídia – foi uma das principais opções escolhidas para assegurar a igualdade na diversidade. Essa política demonstrou, contudo, ter alguns inconvenientes, em particular o de incentivar uma tendência para o isolacionismo cultural. Muitos países têm hoje que encontrar novos modelos que reconciliem a promoção da identidade nacional com a celebração da diversidade. Nesse contexto, o objetivo é ir além da assimilação e do multiculturalismo concebidos em termos de separação, procurando enfatizar as múltiplas interações e os laços, assim como facilitar o acesso a outras culturas, particularmente pelo desenvolvimento de redes e de novas formas de sociabilidade.

O desafio da diversidade cultural para a governança democrática

A governança faz intervir a totalidade dos processos e dos atores envolvidos na tomada de decisões no quadro das estruturas formais e não formais de um determinado contexto social ou político. O reconhecimento da interdependência de todos esses atores enfatiza o vínculo que une a governança à importância dada ao capital social e às condições que favorecem a coesão social.

A construção de sociedades coesas requer o desenvolvimento e a aplicação de políticas que garantam o reforço da autonomia e a participação política de todos os grupos e de todos os indivíduos. Os regimes de partilha do poder, como por exemplo os vários tipos de democracia, devem ser completados por políticas de reforço da autonomia nas áreas da educação, da cultura e dos meios de comunicação.

O objetivo principal é de promover um ambiente propício a progressos realistas na aplicação de uma governança verdadeiramente democrática. Uma tal abordagem universalista, baseada na confiança mútua, é a chave de uma coexistência pacífica nas sociedades e o ponto de partida para um consenso internacional mais amplo, em conformidade com os objetivos das Nações Unidas. Tal como se dá na área dos direitos humanos, um objetivo elevado é melhor aceito quando está enraizado na diversidade



dos modelos culturais de governança vigentes nas sociedades. Por conseguinte, o direito consuetudinário e os mecanismos de resolução de conflitos – tais como são redescobertos através do prisma do patrimônio imaterial – podem coexistir com a organização estatal e contribuir para o reforço de uma governança justa para todos.



A meta geral consiste em promover um ambiente propício para avançar com realismo em direção a uma governança verdadeiramente democrática

↓ *Perspectiva dos arranha-céus de Nova Jersey, à beira do rio Hudson, Estados Unidos*



↖ *Cidade fortificada de Ait Ben Hadu, nos arredores de Uarazat, Marrocos*

← *Pinturas rupestres aborígenes de um desfiladeiro de Carnarvon no Estado de Queensland, Austrália*



Conclusão



↑ Máscara “Rei Sol” no carnaval do Rio de Janeiro, Brasil

←Buda do século VI, destruído em 2001 pelo governo dos talibãs na Garganta de Bamiyán, local inscrito no Patrimônio Mundial da UNESCO (Afeganistão)

É urgente investir na diversidade cultural e no diálogo. Com efeito, integrar a diversidade cultural numa ampla série de políticas públicas – incluindo as que estão por vezes bastante afastadas das políticas culturais propriamente ditas – pode contribuir para renovar as abordagens da comunidade internacional relativamente aos dois objetivos-chave que são o desenvolvimento e a busca da paz e prevenção dos conflitos. Com referência ao desenvolvimento, a cultura é cada vez mais reconhecida como uma dimensão transversal dos três pilares – econômico, social e ambiental – presentes em todas as formas de desenvolvimento verdadeiramente sustentado. Relativamente à paz e à prevenção de conflitos, o reconhecimento da diversidade cultural enfatiza a “unidade na diversidade,” ou seja, na humanidade comum, inerente às nossas diferenças. A diversidade cultural, longe de ser uma restrição potencial dos direitos humanos universalmente proclamados, é, pelo contrário, a melhor garantia do seu exercício efetivo, pois reforça a coesão social e encoraja a renovação de formas de governança verdadeiramente democráticas. Contudo, isso pressupõe que se refine a nossa compreensão da diversidade cultural e do diálogo. Só assim poderemos libertar-nos de ideias preconcebidas.

Para uma nova compreensão da diversidade cultural

É precisamente o que o Relatório Mundial pretende fazer, a partir da análise de algumas dessas ideias preconcebidas:

- *A globalização conduziria inevitavelmente à homogeneização cultural.* Ainda que seja inegável que a globalização enfraquece, em certos aspectos, a diversidade cultural e conduz a uma uniformização dos modos de vida, de produção e de consumo, é igualmente verdade que ela contribui para uma recomposição da diversidade cultural, a qual se encaminha para novas formas que o presente Relatório Mundial tenta pôr em relevo.
- *A diversidade cultural reduzir-se-ia à diversidade das culturas nacionais.* A identidade nacional não existe por si própria: ela representa uma construção histórica, e essa identidade, que pode parecer uniforme na superfície, é na realidade o produto de interações que revelam que cada identidade é múltipla e que a diversidade cultural existe igualmente no interior das entidades nacionais.
- *Existiria uma antinomia entre a diversidade cultural e o diálogo intercultural.* Em vez de se ver o mundo como uma pluralidade de civilizações, quer elas se encontrem em conflito (o “choque das civilizações”), quer dialoguem entre si (a “aliança das civilizações”), convém orientar-se para uma diversidade reconciliada, na qual a receptividade ao outro e a sua ressonância produzam a harmonia do todo. A diversidade cultural é condição *sine qua non* para o diálogo intercultural e vice-versa.
- *A diversidade cultural e a economia seriam mutuamente incompatíveis.* Na prática a diversidade cultural está presente em todos os setores econômicos, desde o *marketing* e a publicidade até às finanças e à gestão de empresas. A diversidade torna-se um recurso, dado que estimula a criatividade e a inovação, nomeadamente social, nas empresas. O reconhecimento dos instrumentos específicos para fazer frutificar a diversidade cultural (a “inteligência cultural”) é, sem dúvida, um dos sinais mais tangíveis dessa evolução progressiva da percepção que a economia (e o mercado) têm da diversidade cultural.
- *O progresso decorrente das ciências e das novas tecnologias opõe-se à diversidade das práticas culturais.* A diversidade cultural não é de forma alguma incompatível com o progresso ou o desenvolvimento. Pelo contrário, a emergência de verdadeiras “sociedades do conhecimento” pressupõe uma diversidade das formas do saber e das suas fontes de produção, que abrangem em particular os

Existe a tentação de considerar que os fatores culturais são causa de conflitos, quando não passam de pretextos para os desencadear; a sua causa primeira obedece antes a fatores políticos ou socioeconômicos



↓ Quatro bailarinos dogones com máscaras e andas na aldeia de Irelli, Málí



conhecimentos indígenas que favorecem a preservação da biodiversidade.

- *Existiria uma contradição irreconciliável entre diversidade cultural e universalismo.* A asserção segundo a qual a diversidade cultural conduziria inevitavelmente à relativização dos direitos e das liberdades, variando ao longo do tempo e do espaço, produz uma amálgama implícita e não justificada entre a uniformização e a universalidade. Os direitos e as liberdades universalmente reconhecidos pela comunidade internacional são atributos intrínsecos a cada ser humano, e nesse sentido são intangíveis. São também inalienáveis dado que ninguém pode renunciar aos seus direitos e liberdades. Em contrapartida, esses direitos e liberdades exercem-se numa grande variedade de ambientes culturais, e todos apresentam uma dimensão cultural que convém sublinhar. Porém, isso não significa que a aplicação das normas universais possa ser relativizada. De fato, a diversidade cultural pode favorecer o exercício dos direitos e liberdades, dado que o desconhecimento das realidades culturais equivaleria a afirmar os direitos e as liberdades formais sem garantir que possam estar enraizados e ser usufruídos em diversos contextos culturais.

É necessário dissipar estas ideias preconcebidas, pois existe a tentação de ver nos fatores culturais a causa dos conflitos, quando na verdade são meros pretextos ou desculpas para desencadeá-los. Deve-se procurar a verdadeira causa dos conflitos nos contextos políticos ou socioeconômicos. Para melhor decifrar esta complexidade é preciso, em conformidade com as recomendações presentes neste Relatório, estabelecer novos mecanismos de monitoramento, de coleta de dados e de circulação da informação.

Ao questionar as referidas ideias preconcebidas, o Relatório Mundial sugere uma nova abordagem, que sublinha o caráter dinâmico da diversidade cultural. Essa abordagem implica que as políticas que favorecem a diversidade cultural não se limitem unicamente à salvaguarda do patrimônio material e imaterial,

e à criação de condições favoráveis à eclosão da criatividade, mas que também abranjam as políticas de acompanhamento da alteração cultural destinadas a dar apoio a pessoas vulneráveis ou aos grupos mal-preparados para a enfrentarem.

As implicações da diversidade cultural nas políticas públicas

Ainda que a dimensão cultural dos problemas que se apresentam à comunidade internacional não transpareça diretamente nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é essencial ter consciência e estar informado das implicações da diversidade cultural na elaboração das políticas públicas em áreas que não dependem estritamente da cultura:

- *No campo das línguas*, é o empobrecimento cultural, assim como o estatuto político, social, administrativo e cultural das línguas, que provocam a desvitalização linguística.
- *No campo da educação*, a integração da dimensão cultural contribui para reforçar a pertinência dos métodos e dos conteúdos pedagógicos. É plenamente compatível com o compromisso favorecendo a realização do direito à educação e à diversificação das formas de aprendizagem (incluindo a que se faz no exterior da escola), assegurando que nenhum grupo da sociedade (por exemplo as minorias indígenas ou os grupos vulneráveis) seja deixado de lado. A não se levar em conta a diversidade cultural, a educação não pode desempenhar o seu papel de aprendizagem da vida em conjunto. O desenvolvimento das competências interculturais conducentes ao diálogo entre as culturas e as civilizações é, assim, uma das prioridades da educação.
- *No campo dos conteúdos culturais e comunicacionais*, dado que a comunicação diversificada dos conteúdos culturais na sua variedade contribui para a vitalidade das trocas, e dado que a globalização e as novas tecnologias alargaram a gama de escolhas possíveis, a diversidade cultural tornou-se, nesse contexto, um fator a ser tomado em consideração. Dessa forma, torna-se possível

mesmo se é necessário perseverar nos esforços para limitar os estereótipos e os preconceitos a que as comunidades são frequentemente submetidas.

- *No setor privado, e dado que a criatividade e a inovação estão interligadas, a diversidade cultural conquista progressivamente todos os setores econômicos.*

O fato de a diversidade cultural ser transversal a diversas políticas públicas, exteriores ao domínio cultural, explica a responsabilidade específica da UNESCO de auxiliar os Estados-Membros na elaboração de políticas relevantes em todas as suas áreas de competência.

Os principais desafios que necessitam de resposta

O Relatório Mundial evidencia três desafios que devem ser respondidos pela comunidade internacional nos próximos anos, em matéria de diversidade cultural: *lutar contra o analfabetismo cultural, reconciliar o universalismo e a diversidade, e acompanhar as novas formas de pluralismo que nascem com a reivindicação de identidades múltiplas pelos indivíduos e pelos grupos.*

- *Num mundo globalizado onde os contatos entre as culturas estão em expansão rápida, é necessário lutar contra a progressão do analfabetismo cultural. Com efeito, a capacidade para aceitar as diferenças culturais e de as receber sem incorrer numa desestabilização, implica as competências interculturais que certas sociedades aprenderam a desenvolver em contextos específicos, mas que podem por vezes faltar em nível individual. Garantir aos indivíduos ou aos grupos os meios de gerir com maior eficácia a diversidade cultural deveria ser a preocupação dos decisores públicos e privados. O diálogo intercultural deve garantir a igualdade entre todas as partes implicadas. Para esse efeito poderão contribuir o multilinguismo bem como a educação para a utilização dos meios de comunicação e da informação.*
- *É necessário reforçar os alicerces do universalismo, mostrando como este pode ser incorporado numa grande variedade*

de práticas sem ser posto em questão. A diversidade cultural encontra-se no coração dos direitos humanos. Esses direitos devem ser o objeto de uma apropriação em nível local, não como elementos que se sobreporiam às práticas culturais, mas como princípios universais emanando dessas mesmas práticas. Com efeito, cada prática cultural representa um caminho para o universal, que é o traço distintivo da nossa humanidade partilhada.

- *É preciso explorar a nova via aberta pelo reconhecimento das identidades múltiplas – multidimensionais – dos indivíduos e dos grupos, com o objetivo de prosseguir o desenvolvimento do pluralismo cultural. Cada vez mais os indivíduos recusam ser reduzidos a categorias (quer sejam étnicas, linguísticas, culturais, políticas ou outras). Estamos diante de uma oportunidade que nos é oferecida. Os meios, cada vez mais numerosos, de contato potencial entre os indivíduos, podem reduzir os obstáculos ao diálogo intercultural, e a plasticidade das identidades pode criar uma dinâmica de mudança favorável às inovações de todo o tipo e em todos os níveis. Essa abordagem torna possível transcender os limites das políticas do multiculturalismo, lançadas nos anos 70.*

Disso resulta que os Estados deveriam considerar prioritário investir mais recursos financeiros e humanos na diversidade cultural. Quais são os principais setores onde esses investimentos devem ser aplicados, e qual o objetivo procurado? As recomendações que se seguem fornecem algumas pistas. Os retornos que podem resultar de tais investimentos são nem mais nem menos que o progresso para a realização do desenvolvimento sustentado e uma paz baseada na unidade da diversidade. Os custos de tal ação podem ser avultados, mas os custos da inação poderão ser superiores. Se a comunidade internacional for capaz, dentro de dez anos, de medir os progressos obtidos nesse longo período, as abordagens definidas pelo presente Relatório Mundial terão atingido o seu objetivo.



↑ Criança da Ilha de Kihnu, Estônia

Num mundo globalizado em que proliferam os contatos entre culturas, é necessário combater a propagação do analfabetismo cultural

Recomendações



As seguintes recomendações se dirigem aos Estados, às organizações internacionais e regionais - sejam elas intergovernamentais ou não governamentais - às instituições nacionais e às entidades do setor privado.

↑ *Desfile de rua de atores do teatro de dança cocolo, em San Pedro de Macorís, República Dominicana*

Capítulo 1 – A DIVERSIDADE CULTURAL

1. Deveria considerar-se a criação de um Observatório mundial da diversidade cultural, responsável por acompanhar os efeitos da globalização, fornecer informações e dados para a pesquisa comparativa e que tenha uma função prospectiva.

Para esse fim, seria necessário:

- a) Agrupar e compilar dados e estatísticas sobre a diversidade cultural, e assegurar-lhes ampla difusão, com base, em particular, no Quadro Referencial das Estatísticas Culturais da UNESCO (2009).
- b) Elaborar métodos e instrumentos de avaliação, de medição e de monitoramento da diversidade cultural, que os governos e as instituições públicas e privadas possam adaptar às situações nacionais ou locais.
- c) Criar observatórios nacionais encarregados do seguimento das políticas e da formulação de orientações quanto às medidas adequadas para a promoção da diversidade cultural.

Capítulo 2 – O DIÁLOGO INTERCULTURAL

2. Dever-se-ia continuar a apoiar as redes e as iniciativas favorecendo o diálogo intercultural e interconfessional, em todos os níveis, permitindo que novos parceiros – nomeadamente as mulheres e os jovens – sejam parte integrante do diálogo.

Para esse fim, seria necessário:

- a) Elaborar medidas que permitam, aos membros das comunidades e aos grupos vítimas de discriminação e de estigmatização, participar na definição dos projetos concebidos para lutar contra os estereótipos culturais.
- b) Apoiar as iniciativas que visem desenvolver espaços reais e virtuais e fornecer meios para facilitar a interação cultural, em particular nos países onde exista um conflito intercomunitário.
- c) Valorizar os “lugares de memória”, que tenham valor simbólico e favorecer a reconciliação entre as comunidades no contexto geral da aproximação entre as culturas.

Capítulo 3 – AS LÍNGUAS

3. Conviria elaborar políticas linguísticas nacionais tendo por objetivo a salvaguarda da diversidade linguística bem como encorajar o multilinguismo.

Para esse fim, seria necessário:

- a) Facilitar a utilização das línguas adotando medidas adequadas, sejam elas educacionais, editoriais, administrativas, ou outras.
- b) Adotar as disposições cabíveis para que sejam ensinadas, ao mesmo tempo que a língua materna, uma língua nacional e uma língua internacional.
- c) Estimular, de todos os meios possíveis, a tradução de material escrito e audiovisual, de modo a facilitar a circulação internacional das ideias e das obras, inclusive mediante a utilização das novas tecnologias.
- d) Elaborar indicadores confiáveis e internacionalmente comparáveis, de forma a poder avaliar o impacto das políticas linguísticas na diversidade linguística e promover as boas práticas nessa área.

Capítulo 4 – A EDUCAÇÃO

4. Para aprofundar a aprendizagem da vida em conjunto, é necessário promover as competências interculturais, incluindo as que estão enraizadas nas práticas quotidianas das comunidades, com vista em melhorar as abordagens pedagógicas das relações interculturais.

Para esse fim, seria necessário:

- a) Empreender um estudo comparativo e global dos conteúdos e dos métodos pedagógicos incluindo os modos de transmissão tradicionais, prestando uma particular atenção ao reconhecimento da diversidade cultural e do lugar que ela deve ocupar.
- b) Apoiar os esforços visando a identificação e/ou criação de meios e de oportunidades de aprendizagem próprios a uma dada cultura, em cada sistema educacional, utilizando os instrumentos existentes tais como os relatórios nacionais de avaliação da EPT.

- c) Adaptar os métodos de ensino às necessidades encontradas na vida cotidiana daqueles que aprendem beneficiando-se do necessário apoio dos decisores das políticas educacionais, dos especialistas da educação em todos os níveis e das coletividades locais, reconhecendo que a dimensão cultural é um pilar essencial da educação para o desenvolvimento sustentado.
- d) Elaborar princípios-diretores internacionais para a promoção do diálogo intercultural, por meio das artes, baseando-se nas boas práticas identificadas na área da educação artística.

Capítulo 5 – A COMUNICAÇÃO E OS CONTEÚDOS CULTURAIS

5. Dever-se-á encorajar a sensibilidade cultural na produção e no consumo dos conteúdos da informação e da comunicação facilitando assim o acesso, o reforço da autonomia e a participação.

Para esse fim, seria necessário:

- a) Apoiar a produção e a distribuição de materiais audiovisuais inovadores e diversificados, considerando as necessidades locais, os conteúdos e os atores, recorrendo, conforme as necessidades, às parcerias público-privado.
- b) Avaliar o impacto das mudanças induzidas pelas TICs na diversidade cultural, a fim de destacar as boas práticas de acesso multilinguístico às produções escritas e audiovisuais.
- c) Promover, em todos os grupos etários, a iniciação aos meios de comunicação e à informática, para que os usuários desses meios tenham uma maior capacidade de avaliar criticamente a comunicação e os conteúdos culturais

Capítulo 6 – A CRIATIVIDADE E O MERCADO

6. Sendo uma fonte de inovação social e tecnológica, é necessário investir no desenvolvimento da criatividade, não só no setor cultural como também no mundo empresarial, onde a diversidade cultural deveria ser concebida como fonte

de lucro e de melhor desempenho, capaz de propiciar “inteligência cultural” às empresas.

Para esse fim, seria necessário:

- a) Facilitar o intercâmbio de produções artísticas e a circulação dos artistas, inclusive através de um sistema de vistos culturais.
- b) Instalar sistemas adequados para a proteção dos saberes no setor artesanal, assim como mecanismos de compensação das comunidades cujo saber é utilizado comercialmente.
- c) Estabelecer e difundir amplamente as boas práticas em matéria de desenvolvimento do turismo, para otimizar os seus efeitos positivos na diversidade cultural.
- d) Desenvolver a inteligência cultural nas empresas e no *marketing*, pela criação de fora reais ou virtuais, e a produção de pesquisas pertinentes sobre a rentabilidade da diversidade cultural, que não se limite unicamente às diferenças étnicas, ou de gênero.

Capítulo 7 – A DIVERSIDADE CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

7. Os princípios da diversidade cultural, especialmente da forma como são vistos pelo *Prisma da diversidade cultural*, deveriam ser plenamente considerados na formulação, aplicação e monitoramento de todas as políticas de desenvolvimento.

Para esse fim, seria necessário:

- a) Identificar as medidas concretas que permitam operacionalizar a investigação sobre a dimensão cultural da preservação e da gestão dos recursos naturais, considerando principalmente os conhecimentos e os saberes das comunidades indígenas.
- b) Criar um centro de partilha de informação para documentar as abordagens participativas dos problemas ambientais incluindo a indicação das razões do seu sucesso.
- c) Encorajar a participação dos membros de todas as comunidades na definição dos critérios de atribuição dos recursos,

tomando por base a justiça social, favorecendo uma dinâmica de diálogo social e promovendo a solidariedade intercultural.

Capítulo 8 – A DIVERSIDADE CULTURAL, OS DIREITOS HUMANOS E A GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

8. Devendo os direitos humanos, universalmente proclamados, ser garantidos por todos, o seu efetivo exercício poderá ser facilitado pelo reconhecimento da diversidade cultural, que pode igualmente reforçar a coesão social e renovar os modos de uma governança verdadeiramente democrática. Para esse fim, conviria apoiar as políticas e as iniciativas da preservação e da promoção da diversidade cultural.

Para esse fim, seria necessário:

- a) Reunir e divulgar exemplos patentes de casos em que o contexto cultural é um fator essencial do exercício dos direitos e das liberdades universalmente reconhecidos, de forma a ressaltar a dimensão cultural do conjunto desses direitos e liberdades.
- b) Inventariar, a fim de criar redes de solidariedade informais, as trocas existentes no seio dos grupos minoritários e entre eles e os grupos majoritários, em especial no contexto das cidades globais, e dar ampla publicidade a essas trocas.
- c) Estudar a diversidade do patrimônio imaterial como fonte de exemplos de modos de governança representativa, baseados no reforço da autonomia e na participação de todas as comunidades.

RECOMENDACOES GERAIS:

9. Conviria promover, junto aos responsáveis políticos e decisores, uma tomada de consciência dos benefícios do diálogo intercultural e interconfessional, tendo presente o risco potencial da sua instrumentalização.

10. Seria conveniente refletir sobre a criação de um mecanismo nacional de monitoramento das políticas públicas relacionado à diversidade cultural, para garantir melhor governança e a plena aplicação dos direitos humanos universalmente proclamados.

Relatório Mundial da UNESCO

Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural

Sob a direção de **Françoise Rivière**, Subdiretora Geral da Cultura

Editores gerais: **Georges Kutukdjian** e **John Corbett**

Coordenador da edição e da investigação: **Frédéric Sampson**

Editora e coordenadora de produção: **Janine Treves-Habar**

Diretor da Unidade dos Relatórios Mundiais: **Michael Millward** (até julho de 2007).

COMITÊ CONSULTIVO DO RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL

Neville Alexander (África do Sul)

Arjun Appadurai (Índia)

Lourdes Arizpe (México)

Lina Attel (Jordânia)

Tyler Cowen (Estados Unidos da América)

Biserka Cvjeticanin (Croácia)

Philippe Descola (França)

Sakiko Fukuda-Parr (Japão)

Jean-Pierre Guingané (Burquina Fasso)

Luis Enrique Lopez (Peru)

Tony Pigott (Canadá)

Ralph Regenvanu (Vanatu)

Anatoly G. Vishnevsky (Federação Russa)

Mohammed Zayani (Tunísia)

Benigna Zimba (Moçambique)

Copyright ©2009 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
7 place de Fontenoy 75007 Paris, France

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, arquivada em sistema de pesquisa documental, ou transmitida por qualquer forma ou meio, seja ele eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação etc.) sem autorização prévia.

As designações, assim como o material de apresentação utilizados nesta publicação, não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da UNESCO relativamente ao estatuto jurídico de países, territórios, cidades ou zonas, ou das suas autoridades, nem sobre as suas fronteiras ou limites.

Podem solicitar-se exemplares do 2º Relatório Mundial da UNESCO: *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural* (ISBN nº 978-92-3-104077-1) em inglês, em francês e em espanhol nas Edições da UNESCO. O resumo do Relatório está atualmente disponível em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês, português e russo.

O projeto editorial da tradução do português contou com a participação das Delegações Permanentes de Portugal e do Brasil junto à UNESCO em conjunto com a Representação da UNESCO no Brasil.

Para mais informações, consultar: www.unesco.org/en/world-reports/cultural-diversity

Correio eletrônico: worldreport2@unesco.org



↑ *Dois homens de bicicleta nas cercanias de Arusha, Tanzânia*

Créditos fotográficos

Capa (fotografia principal): © James Hardy/
ZenShui/Corbis

Contracapa-1: © Mihai-Bogdan Lazar

1: © Sven Torfinn

2-3: © Jacob Silberberg

2a: © T. Fernández

2b: © F. Brugman / UNESCO

3: © Jack Stein / Photo Edit

4a: © Jocelyn Carlin

4b: © Rick Lord

5: © Robert Churchill

6a: © Instituto Nacional de Cultura / Dante
Villafuerte

6b: © Comissão Nacional Centro-africana
e Ministério da Juventude e dos
Desportos, Arte e Cultura

6c: © Karim Hesham

7a: © Gerd Ludwig

7b: © Renato S. Rastrollo / NCCA -ICH /
UNESCO

7c: © Penny Tweedie

8a: © Jochem Wijnands / Alamy

8b: © Alfredo D'Amato

9a: © Markus Winkel

9b: © Linda Wang

9c: © Luiz Santoz / UNESCO

9d: © Hasim Syah

10: © Mila Santova

11: © Jacob Silberberg

12a: © Ahmed Ben Ismaïl

12b: © Kyrgyz National Commission for
UNESCO

13a: © Chris Stowers

13b: © iStockphoto

13c: © Nando Machado

14a: © PjrFoto / studio / Alamy

14b: © Gary Calton

15a: © Katy Anis/UNESCO

15b: © Justin Mott/UNESCO

16: © R. Taurines/UNESCO

17a: © Manoocher/UNESCO/Webistan

17b: © Jean Cliclac

17c: © Joseph Fisco

18a: © E.J. Baumeister Jr / Alamy

18b: © Danny Yanai / Alamy

19a: © Ugurhan Betin Brkovic

19b: © G.M.B. Akash

20: © Jef Ulrich

21a: © Laurent Renault

21b: © J.Ségur / UNESCO

21c: © Susan van Etten / Photo Edit

22a: © iStockphoto

22b: © Frédéric Sampson

22c: © Matjaz Boncina

22d: © Dieter Telemans

23: © Klaus Claudia Dewald

24: © QiangBa DanZhen

25a: © iStockphoto

25b: © Alfredo D'Amato

25c: © Yannis Kontos/Polaris

26a: © Christine Gonsalves

26b: © Randy Plett

27: © Mikkel Ostergaard

28: © Mlenny

29a: © John Woodworth

29b: © iStockphoto

29c: © iStockphoto

30: © Alex Ramsay / Alamy

31: © Brasil2

32a: © Pontuse

32b: © Alan Tobey

33: © Marc Sosaar

34: © Diego Félix

36: © Nigel Pavitt / Alamy

Relatório mundial
da UNESCO

Investir na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural

Resumo



O tema da diversidade cultural vem suscitando um interesse notável desde o começo do século XXI e suas interpretações têm sido variadas e mutáveis. Para alguns, a diversidade cultural é intrinsecamente positiva na medida em que se refere a um intercâmbio da riqueza inerente a cada cultura do mundo e, assim, aos vínculos que nos unem nos processos de diálogo e de troca. Para outros, as diferenças culturais fazem-nos perder de vista o que temos em comum na condição de seres humanos constituindo, assim, a raiz de numerosos conflitos. Este segundo diagnóstico parece hoje mais crível uma vez que a globalização aumentou os pontos de interação e fricção entre as culturas, originando tensões, fraturas e reivindicações relativas à identidade, particularmente a religiosa, que se convertem em fontes potenciais de conflito. Por conseguinte, o desafio fundamental consistiria em propor uma perspectiva coerente da diversidade cultural e, portanto, clarificar que longe de ser uma ameaça, a diversidade pode ser benéfica para a ação da comunidade internacional. É esse o objetivo essencial do Relatório Mundial *Investindo na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural* produzido pela UNESCO com a colaboração de especialistas de vários países do mundo. O estudo mostra a importância da diversidade cultural nos mais variados domínios de intervenção (línguas, educação, comunicação e criatividade) e oferece sólidos argumentos para decisores e atores sociais sobre a importância de se investir na diversidade cultural como dimensão essencial do diálogo intercultural, na construção de estratégias para o desenvolvimento sustentável, na garantia do exercício das liberdades e dos direitos humanos e no fortalecimento da coesão social e da boa governança.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura